



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

PATRÍCIA EDIÓNE DA SILVA

**ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PRÁTICA
PEDAGÓGICA INVESTIGATIVA**

**CAMPINA GRANDE
2015**

PATRÍCIA EDIÓNE DA SILVA

**ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PRÁTICA
PEDAGÓGICA INVESTIGATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

**CAMPINA GRANDE
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Patrícia Edióne da
Espectro Autista na educação inclusiva [manuscrito] : uma
prática pedagógica investigativa / Patrícia Edióne da Silva. - 2015.
68 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Desenvolvimento Humano e Educação Escolar
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação,
2015.
"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Educação".

1.Inclusão. 2.Educação. 3.Transtorno de Espectro Autista. I.
Título.

21. ed. CDD 371.926

PATRÍCIA EDIÓNE DA SILVA

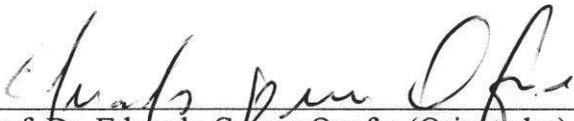
ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PRÁTICA
PEDAGÓGICA INVESTIGATIVA

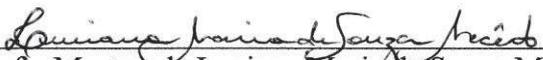
Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Humano e Educação Escolar
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Desenvolvimento Humano e
Educação Escolar.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 27/03/2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Mestranda Luciana Maria de Souza Macedo
Universidade Regional do Cariri (URCA)


Prof. Especialista Ricardo Manoel Oliveira Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos que gostam de desafios que provoquem
aprendizagem, às crianças fonte de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por cada momento vivido, pelas pessoas que escolheu para fazer parte da minha caminhada.

À minha mãe, e aos demais familiares que acreditaram em meus esforços.

À gestora da escola onde trabalho como Professora, pela paciência e compreensão diante da minha ausência.

As minhas colegas de profissão, pelo apoio, incentivo, contribuição e compreensão.

Aos colegas de curso, em especial Rubeny Silva e Juliana Pereira pelo companheirismo, apoio, incentivo e amizade.

Ao meu orientador Eduardo Onofre, pela compreensão, orientação.

As crianças autistas que, contribuem com sua existência para a procura e produção de entendimentos sobre o desenvolvimento do ser humano.

“Se você quiser, você pode.
O Universo conspira a favor do que deseja
Com afinco e com amor.
Vá, lute, crie, recrie, forme-se, transforme-se,
Mas seja você!
A vida só faz sentido quando sonhamos nossos
sonhos.
Presenteie a vida com o melhor de si,
Presenteie a si com o melhor da vida!
E não espere o apito para dar a partida, Ouça
acima de tudo o seu coração Porque nele soa a
voz sagrada.
Dando-lhe as lições para a ação!
Por que...
De repente, não mais que de repente...
Percebemos que a vida passou e o sonho
calou...”.

Maria Dolores Fortes Alves

RESUMO

A fim de conhecermos sobre o desenvolvimento humano e algumas de suas especificidades, buscamos, por meio dessa pesquisa compreender, através de aportes teóricos, como ocorre o desenvolvimento de uma pessoa autista. Assim, o objetivo central do referido estudo foi investigar, na prática escolar, como professoras concebem a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. Acreditamos que, enquanto profissionais da educação, conhecer como se dá o processo de desenvolvimento da aprendizagem dos indivíduos se faz imprescindível. É necessária a procura de conhecer o outro em suas possibilidades. Para isso, a busca pela formação continuada por parte de mediadores de conhecimento deve acontecer de maneira ininterrupta. A nossa pesquisa encontra-se fundamentada sob as ideias de Goffman (2008) que nos traz estudos sobre o indivíduo estigmatizado no meio social; Gómez e Terán (2014) que estudam sobre os transtornos de aprendizagem, autismo e o desenvolvimento infantil; Silva (2012) acerca das conceituações de autismo e elementos que influenciam a vida do autista e de quem convive com o mesmo; Vygotsky (1998) tratando sobre a aprendizagem e o desenvolvimento humano; Mazzotta (2005) sobre as políticas públicas referentes à Educação Especial e Inclusiva no Brasil; Legislações e outros enfoques que tratam sobre o tema em questão. A pesquisa justifica-se pela necessidade em compreender como a inclusão de crianças com Transtornos de Espectro Autista está ocorrendo na escola regular. Para início de uma discussão, questionamos quatro professoras de uma instituição particular no município de Remígio – PB a respeito de suas visões e conhecimentos sobre o tema. As entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2014. Os dados demonstraram que as professoras não tiveram uma formação para trabalhar com alunos autistas em sala de aula; que os alunos autistas não têm um atendimento individualizado na escola pesquisada; as professoras demandam um cuidador; que o apoio da família é fundamental. Concluímos nosso estudo sugerindo que os profissionais da educação realizem uma auto avaliação de seus conhecimentos e práticas no cotidiano escolar, a fim de compreender de que modo está favorecendo a inserção, exclusão ou inclusão de seus alunos autistas, tendo em vista que o seu modo de ser e agir influencia diretamente no desenvolvimento de seus alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais.

Palavras-Chave: Inclusão. Educação. Transtorno de Espectro Autista.

ABSTRACT

In order to we know better about human development and some of yours specificities, we have sought, through this search, understand, from theoretical contributions, how happen the development of an autist person, looking for ascertain, in school practice, how the teachers can include autist children in regular school. We believe, like education professionals, we have to know how is the process of developing the learning of individuals is indispensable, it's necessary know the others in their possibilities. For this, the search for the continuing education by knowledge's mediators should happen uninterrupted. Our research is based on the ideas of Goffman (2008) that bring us the study about the stigmatized individual in the social environment; Gómez and Terán (2014) who study about learning trouble, autism and child development; Silva (2012) about of the autism conceptualizations and elements that influence in the autistic's life and in the life of who live with him; Vygotsky (1998) treating about learning and human development; Mazzota about public policies relative to the Special and Inclusive Education in Brazil; laws and the others approaches that treat about this subject in this discussion. The research is justified by the need to understand how the inclusion of children with Autism Spectrum Disorders is happening in regular school. To begin the discussion, we have asked just four teachers of a private institution about their vision and knowledge about the subject. To start a discussion, question four teachers of a private institution in the city of Remigio - PB about their views and knowledge on the subject. The interviews were conducted in November 2014. The data showed that teachers had no training to work with autistic students in the classroom; that autistic students do not have an individualized care in the research school; teachers require a caregiver; that family support is essential. We conclude our study suggesting that teachers make an self-evaluation of their knowledge e practices on everyday school life, to understand what's making the insertion, exclusion or inclusion to the autistic students, in view of the way of being and acting influences directly in the development of their students, with or without special education necessity.

Keywords: Inclusion. Education. Autistic Spectrum Disorder.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

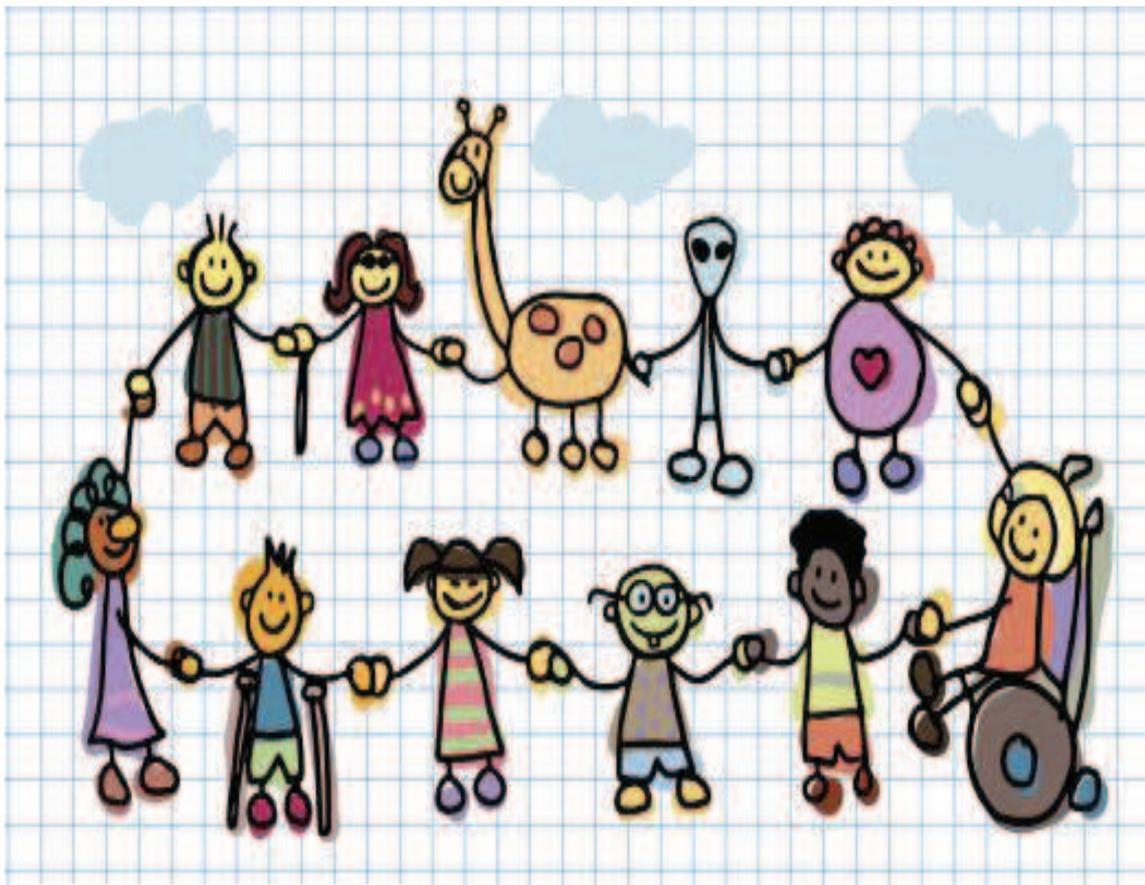
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AMA	Associação de Amigos do Autista
ANEE	Alunos com necessidades educacionais especiais.
CID	Código Internacional das Doenças.
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças.
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social.
NEE	Necessidades Educativas Especiais.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PNE	Plano Nacional da Educação.
SP	São Paulo.
TEA	Transtorno do Espectro Autista.

LISTA DE FIGURAS

Figura A Cérebro e Autismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. CAPÍTULO: REVISÃO DA LITERATURA	20
1.1 O Espectro Autista: uma discussão em torno de bases conceituais	21
1.2 O Processo de Inclusão: bases históricas, políticas e educacionais	28
2. 2. CAPÍTULO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3. 3. CAPÍTULO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE.....	66
ANEXO	68



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A cada dia que passa estamos ouvindo falar-se mais em inclusão escolar das pessoas com deficiência e/ou com alguma dificuldade de aprendizagem. A política atual do governo nas três instâncias federal, estadual e municipal, vem desenvolvendo todo um trabalho na direção de uma educação inclusiva através da consolidação de leis que assegurem o ingresso e permanência de pessoas com necessidades educativas especiais no meio educacional e profissional, mesmo que seja um trabalho lento para ser exequível, notamos que, aos poucos parte da sociedade está abrindo espaço para o outro. Diante disso, lançamos um questionamento que nos inquieta demasiadamente: o que há em nossas instituições de ensino é realmente inclusão ou apenas inserção? Analisaremos essa e outras indagações no decorrer do nosso estudo com base em expressivos referenciais teóricos como Silva (2012) que aborda sobre os elementos que influenciam a vida do autista e de quem convive com o mesmo; Goffman (2004) que aborda sobre os conceitos de estigmas e identidade; Vygotsky (1998) tratando sobre a aprendizagem e o desenvolvimento humano; Mazzotta (2005) sobre as políticas públicas referentes à Educação Especial no Brasil; entre outros enfoques teóricos que contribuíram para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

A fim de buscar respostas aos nossos questionamentos, resolvemos investigá-los, voltando o foco da nossa pesquisa para a inclusão e desenvolvimento educacional das crianças autistas em uma instituição particular, localizada no município de Remígio - PB, confrontando os dados obtidos no campo de pesquisa com contribuições dos estudos bibliográficos pesquisados. O nosso interesse sobre esse tema surgiu devido ao fato de haver crianças autistas frequentando, regularmente esta escola de ensino regular na referida cidade. Sentimo-nos instigados a conhecer quais métodos de trabalho pedagógico estão sendo usados para com essas crianças, a fim de desenvolvê-las de modo satisfatório. Para tanto, interrogamos as professoras dos alunos autistas da escola mencionada, que nos forneceram ricas informações sobre esse árduo e gratificante caminho que é conhecer o mundo do autista.

Sabemos que a inclusão é um exercício de difícil resolução quando se faltam meios para torná-lo real. A legislação cria metas e condições para o atendimento escolar diferenciado para alunos que necessitem de mais atenção educacional, porém as leis ficam, muitas vezes, restritas aos meios escritos. Pois, quando buscamos na realidade como ocorre a inclusão, veremos uma grande farsa. Muitas crianças são inseridas em escolas de ensino regular, mas em certos casos não recebem um olhar diferenciado no meio escolar.

Certamente, todos têm ciência que existem leis assegurando os direitos dessas crianças, o que ocorre é falta de conhecimento reflexivo sobre as legislações para pô-las em prática. Incompreensão do sentido de atendimento diferenciado, de inclusão e seus motivos para acontecer e a quem irá beneficiar e de qual modo.

Muitas escolas que recebem crianças autistas não buscam favorecer a equipe de professores a formação específica sobre as dificuldades e ou transtornos, síndromes de alunos que estão chegando a tal instituição. Alguns professores não possuem conhecimento sobre o caso e leva tudo normalmente, usando metodologia comum a todos e rotulando aqueles que não conseguem acompanhar. Quantos casos não estão espalhados pelo mundo, pelo nosso Brasil, por regiões mais próximas a nós, de crianças inseridas em sala de aula sem nenhuma assistência especializada, sem um olhar cuidadoso que favoreça meios de desenvolver suas habilidades.

Entretanto, enquanto há instituições de ensino que acolhem crianças autistas, existem outras que de maneira sutil rejeita, alegando aos familiares, a maioria desinformada sobre o tema, que a escola não possui estrutura e recursos para atender o autista. Sabemos que essas atitudes acontecem e a principal causa é a visão que temos sobre o outro. Desacreditamos no outro que seja ou tem marcas que se diferencie de nós, dos “normais”. Assim, podemos não ver o outro, nesse caso o autista com grau severo, por exemplo, como sujeito de potencialidades que podem ser desenvolvidas, pois o que na maioria das vezes transparece em nossos atos é a rejeição da imagem de sujeitos que não se associa ao tipo de identidade humana que se quer receber nas escolas.

Caracteristicamente, ignoramos que fizemos tais exigências ou o que elas significam até que surge uma questão efetiva. Essas exigências são preenchidas? É nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas "efetivamente", e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial - uma caracterização "efetiva", uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. (GOFFMAN, 2004, pp. 5-6)

Ser professor é uma atividade que exige dos profissionais muitas habilidades e desejos, principalmente a incessante busca pelo conhecimento e mudanças, que só podem ser feitas por meio de uma auto avaliação constante. Sendo assim, sabendo da relevância que existe em conhecer como se processa o desenvolvimento da criança em seus diversos aspectos e quais práticas podem contribuir para esta ação, como já mencionado, pesquisamos sobre o

autismo no contexto educacional investigando a visão de educadoras a respeito da inclusão de autistas em sala de aula. Sabendo que, não apenas crianças autistas, mas crianças com tantas outras limitações são apenas inseridas para continuarem na exclusão e estigmatizadas pela comunidade escolar e sociedade em geral, fomos a *lócus* buscar sentir, através das relações humanas estabelecidas no ambiente escolar, na relação professor-aluno, o que transparece nas atitudes e ações dos professores de alunos autistas. De acordo com Vygotsky é por meio das relações pessoais que acontece o desenvolvimento humano, logo será através disto que indivíduos com algumas limitações poderão assimilar regras de convivência social para que possa desenvolver-se de maneira saudável. Vygotsky defende uma educação inclusiva e acessível a todos, acredita que crianças com dificuldades de aprendizagem, síndromes ou transtornos têm capacidade de desenvolver-se como as crianças que não possuem limitações físicas ou neuropsicológicas, porém de maneira diferente. (Coelho e Pisoni, 2012).

Para estarem em sala de aula, os professores deveriam compreender um pouco sobre o desenvolvimento humano e as teorias que fundamentam esse campo de estudo. A falta de conhecimento sobre nós mesmos, nosso próprio desenvolvimento causa a impossibilidade de examinar nossas deficiências, nossa incapacidade de enxergar o outro como complemento da nossa subjetividade. Muitos professores deixam manifestar suas deficiências na medida em que não buscam novas formas de trabalho para conviver com o diferente, deixando sempre sua ação docente para com aqueles que não acompanham seu ritmo, em um estado de *laissez faire*. Contudo, alguns falam que a inclusão é importante, porém não procuram exercê-la, como menciona Goffman (2004) o homem exige dos outros comportamentos necessários para uma boa convivência em determinados meios sociais, mas não concebe a si as mesmas exigências.

Relacionado a esse tema há muitas inquietudes para nós, por exemplo, como atualmente escolas e professores, possuidores de conhecimentos sobre a inclusão de crianças com deficiências e dificuldades de aprendizagem, que necessite de ações educativas mais especializadas para se desenvolver integralmente, lidam, atuam e exercem sua prática sobre o tema em sala de aula. Pois, podemos considerar que algumas escolas recebem crianças com necessidades educativas especiais apenas porque sabem das leis que as asseguram. Resta-nos verificar, de fato, se essa criança está sendo bem assistida ou se é considerada, simplesmente, como mais um meio de lucro, estando sozinha no meio de outros.

Na relação com o próximo ocorre o desenvolvimento humano, na interação com diversas práticas sociais e culturais aprendemos a conviver com diferentes situações do dia a dia, até as inesperadas. Mesmo que, de modo imprevisto conseguimos lidar com as surpresas que surgem em nosso cotidiano. Já o autista apresenta dificuldades, pois segue uma rotina com muita seriedade e fidelidade, por isso também vivem um mundo singular (Silva, 2012), mundo este que causa curiosidade em ser conhecido, estudado, para que se possa entender, pelo menos um pouco, o desenvolvimento de indivíduos autistas. Infelizmente, a falta de formação específica causa inúmeros atrasos em diagnósticos ou menosprezo aos sintomas, tanto no âmbito familiar quanto no meio profissional.

Segundo Paiva (2013) editor da revista *online* autismo, no Brasil não há estatísticas oficial. Porém, segundo o CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) e a ONU (Organização das Nações Unidas), até o ano de 2013 havia a estimativa de 2 milhões de pessoas com autismo no Brasil. Conforme Mello *et al.* (2013, p. 11) “a questão do autismo no Brasil, no entanto, é tão complexa e pouco estudada que seria impossível mostrar um “retrato” com abrangência e a profundidade necessária.”. Em uma pesquisa mais detalhada com o apoio dos órgãos públicos federais a AMA –SP (Associação de Amigos de Autista) realizou uma pesquisa em 2011 e 2012 referente ao atendimento de pessoas com TEA- Transtornos do Espectro Autista no Brasil, por meio da qual foram divulgadas algumas informações, dentre elas uma possível quantidade de pessoas autistas por região brasileira.

De acordo com a pesquisa realizada e os dados obtidos das instituições que participaram, 3.280 pessoas possuem o Transtorno do Espectro Autista, estando esses números distribuídos em maior proporção na região Sudeste. A região Centro Oeste apresentou-se com atendimento a 178 pessoas com autismo; na região Norte houve registros de 173 autistas atendidos; a região Nordeste divulgou assistência a 393 pessoas com autismo com maior número no estado de Pernambuco atendendo a 193 pessoas com TEA. Já no estado Paraibano constatou-se o registro de 47 pessoas com o espectro autista. Na região Sul há o resultado de 234 pessoas e na região Sudeste do país verificou-se um total de 2.302 pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, havendo maior quantidade no estado de São Paulo acarretando uma população de 1.835 autistas.

De acordo com Mello *et al.* (2013) esses dados foram obtidos por meio de respostas a questionários elaborados pela AMA-SP, respondidos por 106 instituições espalhadas pelo Brasil, entre essas instituições nenhuma foi mencionada como escola regular, todas são

instituições não governamentais, AMAs (Associação de Amigos do Autista), APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e outras “Associações formadas por familiares e/ou profissionais que atendem diversas deficiências” (MELLO, 2013, p. 39). Entretanto, sabemos que há inúmeros casos não diagnosticados ou, possivelmente, pessoas com diagnósticos, mas que não são assistidas por esses tipos de instituições devido ao incômodo e dificuldade de aceitação por parte da comunidade familiar. Há ainda muita dificuldade em registrar uma quantidade exata de pessoas com autismo devido às visões preconceituosas existentes sobre o assunto, como também dificuldades em encontrar registros precisos ou informações que divulguem um percentual de pessoas diagnosticadas com TEA na rede regular de ensino.

Diante do exposto, acreditamos ser este um tema relevante para o campo educacional, pois mexe com a estrutura humana e profissional do educador que por vezes encontra-se apreensível diante de características peculiares de uma criança autista por não compreender de fato a razão de seu comportamento. Buscar conhecer o mundo do autista é aventurar-se na teoria do desenvolvimento humano. De acordo com Coll, Palacios & Marchesi (1995) ser professor de uma criança autista exige que carreguemos em nossa bagagem muita resistência e encorajamentos para atuar e compreender o desenvolvimento da aprendizagem de um autista, devido esse processo causar perturbações às teorias educacionais e do desenvolvimento humano.

Para uma melhor compreensão referente ao presente estudo, dividimo-lo em três momentos fundamentais. O primeiro momento refere-se, de modo sucinto, aos estudos sobre o autismo em um contexto histórico e suas concepções, abordamos, em breves linhas, sobre a educação especial e a inclusão; em seguida, estão expostos os nossos processos metodológicos, os caminhos tomados para a realização da presente pesquisa; posteriormente, estão colocados os dados coletados no campo de pesquisa, já mencionado anteriormente, confrontados com as leituras realizadas sobre o tema; por fim, colocamos nossas possíveis considerações sobre o autismo, educação escolar e a prática docente.



1. REVISÃO DA LITERATURA

1. CAPÍTULO: REVISÃO DA LITERATURA

1.1 O Espectro Autista: uma discussão em torno de bases conceituais

Para que possamos compreender um pouco sobre o mundo dos autistas, devemos partir da busca em entender a origem do autismo, sua trajetória desde sua denominação, surgimento, até os dias atuais. Isto é, faz-se necessário que analisemos os fatos históricos para que seja possível chegar a conclusões sobre o que buscamos compreender. Nesse contexto, partiremos de informações bibliográficas que nos possibilite interpretar o desenvolvimento de uma pessoa com autismo. A compreensão de um determinado caso, ou tema não será dada apenas pelos estudos das partes, mas sim de um todo iniciando desde sua raiz.

Já que estamos desenvolvendo estudos que abordam a análise interpretativa de subjetividades, antes, consideramos necessário expor o que se entende por compreensão, termo bastante usado quando se trata de relações pessoais. Para Watier (2009, p. 29) “a compreensão caracteriza as atividades comuns: os indivíduos compreendem o que fazem e se entre compreendem”. O modo de compreender as ações dos sujeitos está aqui colocado como interpretar as suas ações por meio de suas atitudes, crenças, valores e comportamento. É buscarmos enxergar no outro as suas manifestações com olhos reflexivos, científicos, indo além do senso comum, nos percebendo em suas ações, que são constituintes das nossas.

A compreensão, o fato de que os homens em sua vida cotidiana compreendem as atividades de outros indivíduos, é uma condição ontológica da existência social e ao mesmo tempo o método conveniente das ciências humanas. É graças a compreensão que a vida social é possível [...] A compreensão entre indivíduos socializados é então, o segundo plano sobre o qual se estabelece o método compreensivo próprio às ciências do espírito. (WATIER, 2009, p. 23)

Conforme Dilthey apud Watier (2009) as ciências do espírito são as ciências sociais que abordam, no meio social e histórico, a vida e o desenvolvimento do ser humano, tendo como principal maneira para apropriar-se desse estudo a compreensão, através da qual se torna possível entender o sentido dos fatos sociais. Para que seja plausível compreender o desenvolvimento de um indivíduo com TEA, desenvolvemos uma busca referente às considerações que se tem sobre o autismo, suas conceituações e características.

Segundo Silva (2012), a palavra autismo, em grego *autos*, significa *voltar-se para si mesmo*. Tendo como um dos seus precursores o psiquiatra austríaco Eugen Bleuer, em 1911, evidenciando o termo esquizofrenia (mente dividida) usou a palavra autismo para caracterizar um dos estados esquizofrênicos referindo-se a incapacidade do convívio social, seguindo uma linha freudiana que considerava o autismo uma psicose. Segundo Coll (1995), décadas depois,

em 1943, o austríaco e psiquiatra infantil Leo Kenner divulga seu estudo sobre o caso de 11 crianças com diagnóstico prévio de esquizofrenia, mas cujo aspecto que mais chamava atenção dava-se ao fato dessas crianças apresentarem grande isolamento, não conseguia interagir socialmente, o que Bleuler chamou de autismo, além de apresentarem dificuldades na linguagem e no comportamento. Kenner foi o pioneiro a escrever sobre o autismo, clinicamente.

Conforme Silva (2012) Hans Asperger, pesquisador austríaco, em 1944, publica seus estudos referente à sua tese de doutorado tratando sobre a *psicopatia autista*. Seu estudo consistiu em observar o comportamento de centenas de crianças, avaliando suas relações sociais e habilidades. Constatou comportamentos como a falta de empatia, dificuldades para criar laços de amizade, entre outras características que ficou conhecida como síndrome de Asperger, um dos espectros do autismo. Asperger ainda verificou em suas crianças, fontes de estudo, que elas possuíam grande habilidade sobre um determinado assunto. Porém os trabalhos do psiquiatra popularizaram-se apenas 40 anos depois, quando a psiquiatra inglesa Lorna Wing, mãe de autista, passa a escrever sobre o tema e traduz para o inglês as pesquisas de Hans Asperger. A partir de então, passa-se a falar na tríade de sintomas autísticos: o comprometimento do desenvolvimento social, de comunicação e de comportamento.

Com base nos estudos de Silva (2012), apenas na década de 80 o autismo recebeu uma visão especial, passando a ter um maior número de estudos, denominação diagnóstica e critérios específicos adequados. Diante estes acontecimentos, o autismo deixa de ser considerado uma psicose, passando a ser tratado como um transtorno global do desenvolvimento. Com as revisões feitas nos guias médicos (¹CID 10¹ – Código Internacional das Doenças e no DSM² – IV – Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais) o autismo passou a ter uma consideração melhor definida, pois antes era visto por diferentes pontos de vista.

Segundo Araújo e Neto (2014) a partir das modificações realizadas no DSM –IV, em 2013, foi lançado o DSM – 5 com alterações referentes aos Transtornos Globais Diagnosticados pela primeira vez na infância ou na adolescência que passou a ser, nesta nova edição, denominado como Transtorno do Neurodesenvolvimento, agrupando os Transtornos Globais do Desenvolvimento, que incluíam o Autismo, Transtorno Desintegrativo da Infância

¹ CID10 traz o código F84 definindo os Transtornos Globais do Desenvolvimento, envolvendo os espectros do autismo.

² O DSM – IV aborda referências características da pessoa autista, sendo indispensável um diagnóstico exato por um profissional qualificado.

e as Síndromes de Asperger e Rett em um único diagnóstico. Esses transtornos e síndromes passaram a compor os Transtornos do Espectro Autista – TEA. “A mudança refletiu a visão científica de que aqueles transtornos são na verdade uma mesma condição com gradações em dois grupos de sintomas: Déficit na comunicação e interação social; Padrão de comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos.” (ARAÚJO e NETO, 2014, p. 72).

A falta de conhecimentos sobre o tema e suas classificações é a causa de muitas pessoas, ao observarem certas manifestações comportamentais da criança com autismo já diagnosticada, classificá-las, dependendo de seus atos, como crianças não com autismo, mas com transtorno bipolar, caracterizado, segundo Araújo e Neto (2014) como inquietações, dificuldades de concentração, tensões, entre outros. As equívocas referentes à incompreensão do assunto faz com que surjam disseminações de preconceitos acerca da inclusão de crianças autistas no ambiente escolar. Muitos genitores de crianças não autistas consideram que essas crianças não deveriam frequentar a escola regular, pois desordena o bom convívio com suas crises comportamentais.

Infelizmente, alguns educadores, alienados por sua incapacidade de conviver com o outro, questionam a presença de crianças autistas ou com qualquer outra limitação em sala de aula. Acreditamos que, não tem a criatividade de buscar meios de como lidar com o novo, claro muitas vezes as pessoas querem os fatos prontos, com o único trabalho de deleitar-se sobre o que está de bom a sua frente. Notamos a resistência em pesquisar por conta própria, em melhorar sua atuação frente às divergências sociais existentes, sempre buscando culpabilizar alguém, alegando que sua parte já esta sendo feita: viver a espera de formações sem buscá-las.

Então, para que podemos entender um pouco melhor o grau do espectro do autismo e suas características, optamos por ilustrar as palavras de Silva (2012, p. 63), que nos convida a pensarmos o autismo como uma variação de traços que seguem dos mais leves, não contribuindo para um diagnóstico exato, ao mais complexo com todos os sintomas. A médica psiquiatra nos incita relacionarmos essa variação de traços com um espectro de cores (do branco ao preto) com passagem da tríade de dificuldades nas áreas social, de comunicação e de comportamento, mas não havendo necessariamente a existência dessas dificuldades no mesmo caso. O Transtorno do Espectro Autista é subdividido nas seguintes categorias:

- Traços do Autismo com características muito leve

- Apresentam apenas algumas características, mas que devem ser cuidadas com a mesma importância das que possuem um grau mais elevado do autismo.
- Síndrome de Asperger
 - Apresentam isolamento;
 - Possuem atraso na linguagem;
 - Interesse por certa área;
 - Possuem rotinas;
 - Não entendem frases de duplo sentido, entre outras.
- Autismo em pessoas de alto funcionamento
 - Não apresentam déficits cognitivos;
 - Apresentam atraso na linguagem;
 - Estereotípias motoras;
 - Dificuldades de interação social, entre outras.
- Autismo grave - Autismo clássico
 - Não fazem contato visual;
 - Não se comunicam;
 - Apresentam retardo mental;
 - Não interagem socialmente;
 - Comportamentos repetitivos;
 - Autoagressões, entre outras.

Ressaltamos que as diferenças existem logo o desenvolvimento dos sintomas autísticos se dão de maneiras distintas entre os indivíduos, pois algumas características podem apresentar-se em qualquer um dos espectros, não sendo definitivas para cada categoria. Através desta síntese sobre os espectros autistas, consideramos que os educadores de crianças com autismo devem realizar leituras e análises sobre o tema, para que possam agir de maneira mais humana com esses pequenos tentando eliminar os estigmas que carregam sobre os autistas.

Atualmente, estudiosos buscam compreender as causas e a cura do autismo, apesar de existir desde a antiguidade, as pesquisas sobre autismo vieram a ganhar força recentemente.

“Podemos afirmar, após décadas de estudo, que o autismo tem como causa fundamental as alterações genéticas. As pesquisas apontam que a origem do transtorno estaria relacionada a um grupo de genes e da interação entre eles, e não a um gene único como causador do problema.” (SILVA, 2012, p. 173).

Conforme conceitos mais atuais, o TEA é então, considerado um distúrbio que afeta a constituição de uma subjetividade em desenvolvimento. “Tem-se chamado autismo uma constituição do SER caracterizada por uma alteração no contato com a realidade, que tem como consequência para o indivíduo uma grande dificuldade em relacionar-se com os outros.”. (GÓMEZ e TÉRAN, 2014, p 446).

Já a Lei 12. 764 sancionada em 27 de dezembro de 2012 instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista define o autismo como um tipo de deficiência mental, assegurando os direitos de todas as políticas de inclusão e educação, com atendimentos que visem atender suas necessidades educativas. Porém, o que ainda falta para muitos é o conhecimento sobre o desenvolvimento e os direitos das pessoas autistas. A palavra autismo é carregada de significados e estereótipos que criamos, estigmatizamos as pessoas com esse transtorno, simplesmente por não sabermos como nos comportar com os desafios que o autismo nos coloca. O maior desafio está em nós mesmos, pessoas sem autismo, mas com grande incapacidade de compreender o mundo particular e provocante dos autistas. Podemos buscar interpretações sobre o mundo do autista a partir do nosso desenvolvimento.

Desde que nascem as crianças demonstram habilidades de acompanhar as manifestações do mundo que a cerca. Notamos sua curiosidade em acompanhar os movimentos ao seu redor.

“Trata-se de capacidades de optar, sintonizar-se com os estímulos que as pessoas fornecem [...] e respondê-los harmoniosamente, como quando imitam [...] ou respondem os movimentos que parecem uma dança lenta e seguem a melodia da linguagem de quem está cuidando dela [...]” (GÓMEZ e TÉRAN, 2014, p. 448).

Isso acontece devido à capacidade que o ser humano tem em aprender, através das objetivações e apropriações que fazem nas relações sociais. Conforme, Duarte (1993) o ser humano se auto constrói nas relações que mantém uns com os outros, sendo por meio das interações sociais que o indivíduo realiza um processo de objetivação e apropriação dos fatos históricos existentes, resultando na formação de sua individualidade. Por isso, temos no outro a base para nossas ações, observamos o outro para que a partir de suas ações possamos construir as nossas. Diante disso, sabemos que o indivíduo com TEA apresentam dificuldades na interação social, no comportamento e na comunicação, o que faz com que se realizem

diversas pesquisas e estudos a respeito do tema, objetivando compreender o desenvolvimento desses indivíduos.

Desse modo, Silva (2012) aborda que, a fim de entender o desenvolvimento de um autista e em face de vários estudos já realizados, afirma-se que as alterações genéticas seja a principal causa do autismo. Pesquisadores buscam a partir da neurociência, “área que estuda o cérebro e suas estruturas, seu desenvolvimento e funcionamento, sua relação com o comportamento e suas alterações” (SILVA, 2012, p. 178) entender a maneira de pensar e agir de um autista. As teorias da neurociência procuram explicar o funcionamento do cérebro e desenvolvimento de um indivíduo com TEA. Dentre essas teorias encontramos a teoria dos neurônios-espelho. Segundo Schwartzman (2003) os neurônios-espelho são descritos por Giaccamo e Rizzolatti (1998) como neurônios que estão espalhados por toda área do cérebro, estando associados a “movimentos, percepção, empatia, compreensão das intenções dos outros e linguagem.” Os neurônios-espelho foram inicialmente estudados em macacos, e reflete em um indivíduo a ação do outro.

Os neurônios-espelho, quando ativados pela observação de uma ação, permitem que o significado da mesma ação seja compreendida automaticamente (de modo pré-atencional) que pode ou não ser seguida por etapas conscientes que permitem uma compreensão mais abrangente dos eventos através de mecanismos cognitivos mais sofisticados. (PEREIRA, GAWRYSZEWSKI e LAMEIRA, 2006, p. 124)

“Uma das regiões mais ricas em neurônios-espelho é justamente a área Broca, responsável pelo processamento comunicacional.”. (MATTOS, 2011, p. 132). Diante disso, considera-se que a pessoa com TEA apresenta dificuldades nas diversas áreas que estão localizadas esses neurônios. Assim, a pessoa com TEA mostra-se com dificuldades de compreender o mundo do outro, não conseguindo interpretar as ações observadas no meio social em que está inserido.

Segundo Silva (2012) considera-se que o funcionamento cerebral de uma pessoa autista não se apresenta de maneira coesa, por possuir alterações nas estruturas cerebrais:

Sistema límbico: área responsável pelas emoções.

Corpo caloso: estrutura que conecta o lado direito com o esquerdo do cérebro.

Gânglios da base: grupos de núcleos responsáveis pelo controle moto, cognição, emoções e aprendizado.

Tálamo: área que está envolvida com a regulação do estado de consciência, alerta, atenção e controle das emoções.

Cerebelo: área responsável pela manutenção do equilíbrio, pelo controle do tônus muscular, dos movimentos voluntários, enfim, de toda aprendizagem que envolve movimentos, como andar, correr, pular, andar de bicicleta.

Substancia branca: [...] responsável pela comunicação entre as partes do cérebro.

Região frontotemporal: responsável pela interação social e pela linguagem. (SILVA, 2012, p. 180)

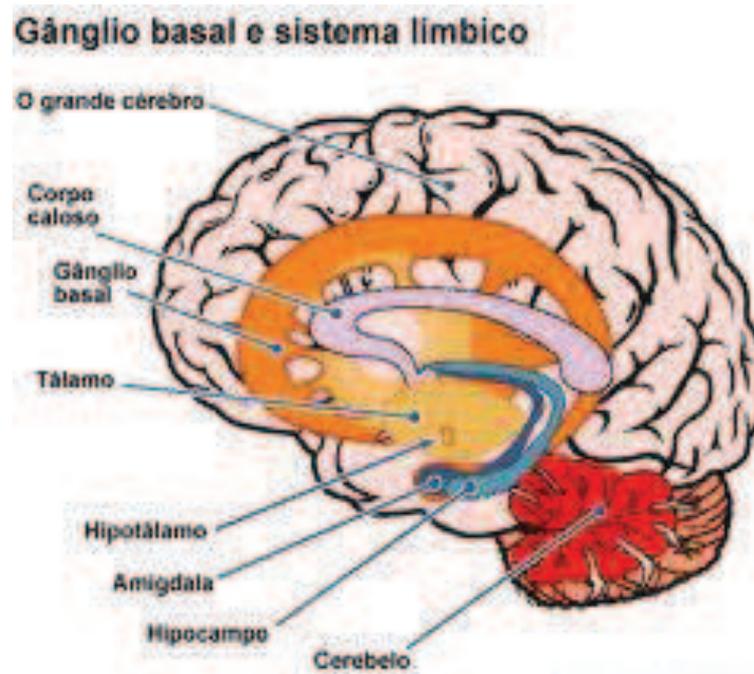


FIGURA A: Cérebro e Autismo Fonte:

<http://saude.hsw.uol.com.br/autismo2.htm><http://saude.hsw.uol.com.br/autismo2.htm>

Conforme Gómez e Téran (2014) a partir dos estudos relacionados aos neurônios-espelho, surge a “teoria da mente”, tema analisado por Premack e Woodruff (1978), entendida como “capacidade de atribuir estados mentais (estados emocionais, epistêmicos e de desejo) independentes para si mesmo e aos outros, a fim de prever e explicar os comportamentos.” (GÓMEZ e TÉRAN, 2014, p. 496). Acredita-se que, a pessoa sem uma “teoria da mente” não conseguem compreender, de modo interpretativo, o comportamento de outras pessoas. Diante disso, compreendem o autista como um sujeito que não possui essa teoria, pois o comportamento dos outros para o autista torna-se incompreensível.

“A compreensão da interação do outro nos faz entender seus objetivos, a razão de determinadas atitudes e os caminhos a que uma conversa pode levar”. (SILVA, 2012, 184). Conseguimos interpretar as atitudes do outro e o que quer nos passar através das suas expressões faciais e corporais. De acordo com Vygotsky apud Coll, Marchesi e Palacios (2004) é por meio das interações sociais que o indivíduo consegue compreender as representações mentais do grupo no qual está inserido. A interpretação dos pensamentos sociais dá-se, de início, no plano externo e social, ou seja, no convívio com outras pessoas, para que depois ocorra no plano interno e individual, passando a fazer parte da subjetividade de um determinado ser. Para uma pessoa sem autismo, é fácil reconhecer no outro seus estados emocionais, já as pessoas com TEA apresentam dificuldades em notar alterações no

estado emocional do outro, não conseguem entender o outro em suas diversas expressões comunicativas e sociais, dificultando o processo de socialização.

Silva (2012) ainda traz o déficit das funções executivas ou lobo frontal como teoria que considera a dificuldade de controlar seus comportamentos e elaborar diferentes estratégias para resolver problemas como ““falhas” no lobo frontal” (p.186). Com essa dificuldade em lidar com diferentes situações, o autista é levado a seguir uma rotina, não tendo que fazer uso de mais funções executivas para responder a novas situações diárias. Outra teoria que a psiquiatra aborda é a Coerência Central, que possui como base as dificuldades no processamento de informações. “A coerência central significa a tendência natural a juntar partes de informações para formar um “todo” com significado”. (SILVA, 2012, p. 186). Observamos isso quando o indivíduo autista não consegue interpretar dados implícitos em uma conversação ou leitura textuais, porém com atendimento adequado, consegue realizar o processamento integral das informações.

Silva (2012) afirma que, mesmo com esses estudos realizados ainda não se é possível fazer um diagnóstico preciso sobre o autismo, devido a não identificação dos genes do autismo. Sendo assim, o diagnóstico é feito por meio de observações comportamentais e o histórico do indivíduo.

Diante do exposto, consideramos que, assim como as pessoas com Transtorno de Espectro Autista apresentam dificuldades em compreender os outros, nós apresentamos a mesma dificuldade. Porque não conseguimos interpretar as atitudes de um indivíduo com TEA sem estigmatizá-lo. Por isso, acreditamos ser de grande relevância levantar estudos acerca do tema, para que seja possível uma relação social mais compreensiva e inclusiva.

Devemos então, qualificar nosso olhar a respeito das diferenças, voltando-nos para nossa pesquisa, acerca das pessoas com autismo. De acordo com Silva (2012, p. 12) para que possamos iniciar um contato com crianças autistas o primeiro passo é:

Romper a visão obtusa e estigmatizada que a nossa sociedade ainda tem acerca desse mundo singular. Compreender esse transtorno pode ser relativamente simples quando estamos dispostos a nos colocar no lugar do outro, a buscar a essência mais pura do ser humano e a resgatar a nobreza de realmente conviver com as diferenças. E talvez seja esse o maior dos nossos desafios: aceitar o diferente e ter a chance de aprender com ele.

Da mesma maneira que as pessoas autistas não conseguem colocar-se no lugar do outro, compreender o mundo “estranho” do outro, esse outro, que não é autista, também apresenta dificuldade em conhecer, aceitar, compreender o autista, em suas diferenças, potencialidades e limitações. Mas esse outro, não autista, é quem fala em inclusão do que é

diferente para a formação de uma sociedade igualitária, justa e harmoniosa, então porque só falar em inclusão e não agir praticamente tentando eliminar os estereótipos que carrega sobre a diversidade que habita o meio onde vive? Apesar de falarem-se tanto em inclusão, as pessoas que não se encaixam nos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade, são vistas, como diz Foucault (2001) como um indivíduo que precisa ser vigiado, pois não se adapta ao conceito de ser humano para a sociedade. De acordo com Freud (1919), faz-se necessário que procuremos ver o outro, aquele ser “estranho”, estimulador de nossas inquietações como complementar do nosso eu, devemos compreender a completude das estranhezas para que juntos possamos promover um desenvolvimento social rico e humano.

1.2 O Processo de Inclusão: bases históricas, políticas e educacionais

Falar sobre inclusão é algo que ainda precisa de muito conhecimento, pois ainda falta até mesmo no meio escolar, a compreensão do que seja inclusão, como e porque deve acontecer. Desde a constituição de 1988 já se abordava que a educação deveria ser comum a todos, logo os direitos das pessoas com autismo, assim como o de todas as outras pessoas já estavam previstos pela Lei constitucional. Sabemos que o processo de inclusão tanto social quanto no âmbito escolar ainda é um longo caminho a ser percorrido, pois conviver com o que não se assemelha aos “normais”, é um processo que precisa de constante policiamento para que não perpetuemos atos preconceituosos e estigmatizantes. O processo de inclusão nunca se deu de modo fácil, mas de maneira, literalmente, sacrificante permeada por rejeições e estigmas. Estigma refere-se a algo depreciativo, confirmando de certa forma a normalidade de alguém, ou para melhor nos explicar, Goffman (2004, p. 13), nos diz que,

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.

Logo, estigma surge nas relações de afirmação de identidade social, na qual os atributos que estigmatizam podem excluir os que se encontram fora do conceito de normalidade e aceitação padrão da nossa sociedade. Sendo assim, quando um estranho nos é apresentado, a primeira vista tendemos a categorizar e analisar os atributos, a sua identidade social.

Segundo Mazzotta (2005) até o século XVIII não havia interesses em assegurar direitos às pessoas com necessidades educativas especiais, pois estas eram tratadas como seres

inferiores que não deveriam fazer parte da sociedade dos “normais”. Essa visão preconceituosa existiu durante muitos anos por não compreenderem as diferentes deficiências e suas causas. Se hoje temos dificuldades em aceitar a diversidade que existe é devido aos nossos antepassados que rejeitavam o que era diferente no meio social. São os ensinamentos que, de alguma forma, se perpetuaram até os dias atuais. De acordo com Maffesoli (2004) são as animalidades de cada um, que permanecem escondidas, aprisionadas dentro do ser, esperando o momento certo para ser libertada e manifestada diante de alguma situação ou de alguém que consideramos não nos preencher.

Se desde a Idade Antiga, os seres que eram indesejados, “defeituosos”, diferentes do padrão “normal” da sociedade, deviam ser jogados fora, abandonado, destruído, hoje não vemos muito diferente, quantos fetos são jogados nos lixões como sinal de rejeição por algum motivo, quantas crianças não estão escondidas no recanto mais escuro do lar, sofrendo por possuir alguma deficiência e algumas famílias não possui a humanidade de colocá-la em meio à sociedade e enfrentar juntos as barreiras que a sociedade pode estabelecer. Misés apud Cardoso (2003, p. 16) relata que entre os romanos, na era cristã havia registros sobre o tratamento dos seres diferentes:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separa das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Ainda hoje, verificamos a resistência que as pessoas apresentam em relação à aceitação dos frutos que não nasceram conforme suas expectativas. Segundo Mazzotta (2005) a religião contribuiu de certa forma para essa visão repugnante em relação ao outro. Pois, sendo o homem criado a “imagem e semelhança de Deus” (MAZZOTTA, 2005, p. 16), o ser humano deveria fomentar a multiplicação de uma espécie perfeita, condizente com a imagem de seu Criador. Os indivíduos que nascessem com alguma marca que o diferenciasse dos demais deveria deixar de fazer parte do mundo dos perfeitos, dos bons. Desse modo, as pessoas com deficiência faziam parte de uma ordem diabólica, eram considerados como proveniência do mundo satânico, necessitando estar longe do convívio social, precisando ser exterminado.

Essa maneira de enfrentar as pessoas com deficiências, segundo Maffesoli (2004), baseava-se na separação do bem e do mal. não conseguimos nos livrar, totalmente, dessa visão, pois acreditamos que o ser humano guarda em seu inconsciente as raízes de

ensinamentos, passadas a ele desde os primeiros estágios de seu desenvolvimento, podemos. Outra visão, que ainda hoje algumas pessoas antigas carregam, diz respeito à concepção de que as deficiências são as formas de castigo divino pelos pecados dos familiares. “Fantasma que assombra a consciência dos dirigentes da sociedade, e que nada mais faz além de expressar o que eles haviam negado, mas que continuava existindo naquela memória imemorial que é o inconsciente coletivo.” (MAFFESOLI, 2004, p.29). O que foi vivido em séculos passados age atualmente como “sombras” que causam determinadas ações em nós, como os atos de rejeição daquele que se diferencia de nós.

Havendo a necessidade de uma vida social mais humana e compreensiva para com o próximo, essas sombras passaram a ser governadas em nós para que fosse possível buscarmos um pouco do outro em nós, a fim de construirmos a vida social mais igualitária e inclusiva. De acordo com Maffesoli (2004) não é que tenhamos esquecido as rejeições e as crenças pregadas anteriormente, tentamos apenas, calar as inquietações que essas “sombras” nos causam para vivermos em um mundo plural e harmônico, porém em algum momento do cotidiano, resquícios dessas “sombras” irão abalar nosso verdadeiro *eu* e seus valores fazendo com que algumas manifestações escapem de nosso domínio.

De acordo com Cardoso (2003) em meados do século XVI foi que se passou a encontrar registros sobre o atendimento de pessoas com necessidades especiais, quando as decisões da sobrevivência dessas pessoas deixaram de ter vínculo com a igreja e passou a ser interesse da medicina. Segundo Mazzotta (2005, p. 17) no final do século XIX passou-se a ter registros de algumas expressões “utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa”.

Conforme Mazzotta (2005, p. 16) a Educação Especial teria nascido a partir dos estudos de “Jean Itard (1775-1838) que foi considerado o pai da Educação Especial”. Itard dedicou-se no processo de educação de um menino lobo que vivia na floresta como animal, na França. Mesmo tendo surgido, antes da divulgação dos estudos de Itard, métodos e instituições com a intenção de promover a educação de pessoas com deficiência, podemos afirmar que a partir de sua contribuição, outros estudiosos começaram a ousar em criar métodos e maneiras de perceber o outro como alguém capaz e com potencialidades que devem ser desenvolvidas.

Segundo Jiménez apud Cardoso (2005, p. 17) com o início da institucionalização das pessoas com deficiências, ente os séculos XVIII e XIX, nos países escandinavos surge a Educação Especial e a conscientização acerca da necessidade de educar as pessoas com necessidades especiais. Porém, o atendimento era realizado de maneira assistencialista, colocando essas pessoas em centros com o intuito de separá-las dos “normais”. Foi o então processo chamado de segregação, com uma política intencional de guardar em escolas especiais aqueles que poderiam corromper o bom convívio social. Com a criação de programas escolares, surgidos a partir da desinstitucionalização das pessoas com deficiências, no século XX, os alunos com necessidades educativas especiais aparecem nas instituições de ensino. (CARDOSO, 2003, p.17)

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008, p. 6).

Mesmo com o surgimento dessas instituições, as pessoas com deficiências não foram beneficiadas dessas escolas porque precisavam de um atendimento especial, mas porque o sistema da época acreditava que as pessoas com deficiência não apresentavam serventia para conviver no meio social. Desse modo, deveriam ser afastadas do convívio em sociedade, ficando em escolas onde existissem pessoas “iguais”, ou seja, com deficiência. Era, de fato, segregar o “normal” do “anormal”, o bem do mal, que poderia estragar a vida em sociedade com suas limitações. Com esse objetivo, de separar as pessoas com deficiências dos “normais”, dá-se início a criação de escolas que tirassem do meio social e guardassem dentro delas as pessoas que causariam incômodos aos bem estar social.

Cardoso (2003, p. 18) aborda que no Brasil, até a década de 50, não se ouvia falar em “Educação Especial, mas na educação de ANEE”. A partir disso, começaram a criar classes especiais e surgiram discussões sobre o atendimento educacional das pessoas com necessidades educativas especiais em conjunto com os que não possuem as necessidades. “A partir dos anos 80, surge a *integração* educativa como opção defendendo-se que o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais deveria ser feito, pelo menos tanto quanto possível, no âmbito da escola regular”. (CARDOSO, 2003, p. 18) Por saber que a legislação assegura as pessoas com necessidades educativas especiais, muitas escolas dizem incluí-las,

mas não respeitando e garantindo os seus direitos, reduzindo o processo de inclusão ao que Mittler (2000) considera como “integração”, no qual o aluno deve se adaptar à escola sem que a escola busque atender os alunos com necessidades educativas especiais dentro de suas especificidades.

Mesmo com as discussões sobre o convívio social entre pessoas com deficiência e os que não as possuem, esse processo não ocorreu, como ainda não ocorre de maneira harmoniosa. Embora que, atualmente, o contato com as pessoas com necessidades educativas especiais esteja acontecendo de forma menos dolorosa, pois as pessoas ainda procuram conviver com o outro mesmo com olhares diferenciados. De acordo com Cardoso (2003) entre os séculos XX e XXI a Educação Especial passou por reformulações acentuando ainda mais o processo de exclusão. Neste contexto, surgem novos e grandiosos eventos em prol do atendimento inclusivo das pessoas com necessidades educativas especiais. Um deles foi o movimento mundial que reuniu diversos países e organizações internacionais que ficou conhecido como a Declaração de Salamanca. As discussões que originaram este documento partiram do pressuposto de que:

As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção inclusiva e obtenção de uma rede da construção da sociedade inclusiva e obtenção de, uma real educação para todos. (CARDOSO, 2003, p. 22)

De acordo com Cardoso (2003) o documento, que foi elaborado em 1994 na Conferencia Mundial sobre a Educação Especial na cidade de Salamanca - Espanha é considerado um grande e valioso documento que visa a inclusão social das pessoas com necessidades educativas especiais. A partir desse documento a Necessidades Educativas Especiais – NEE passou a considerar as crianças que não estivessem conseguindo um desenvolvimento significativo no âmbito escolar. A Declaração de Salamanca atuou com bastante influência para as mudanças na educação das pessoas com deficiência. Conforme Cardoso (2003) por meio deste documento as pessoas com deficiência puderam ingressar em um novo mundo, onde de alguma forma, foi possível integrar-se no sistema educacional. Para o documento (1994) toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade à criança de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. A Declaração de Salamanca apresentou como objetivo primordial que:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos,

acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidades a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recurso e parceria com as comunidades. (CARDOSO, 2003, p. 22)

Toda e qualquer criança que apresenta alguma necessidade educativa especial tem por direito, acesso à escola regular, a qual deverá ser atendida dentro de uma Pedagogia que respeite seus limites, mas que seja capaz de suprir suas necessidades e desenvolver suas potencialidades. Com base me Cardoso (2003) devem ser escolas de ensino regular que possuam orientação inclusiva, com incentivos de construir os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e menos preconceituosa. Na Declaração de Salamanca ressalta-se que as crianças com necessidades educacionais especiais precisam receber um apoio significativo que propicie uma Educação de qualidade, onde por meio da inclusão aconteça a formação de indivíduos solidários, compreensivos diante a diversidade sociocultural existente.

Antecedendo a Declaração de Salamanca houve a Conferencia Mundial sobre Educação para Todos que ocorreu na Tailândia em 1990. Segundo Cardoso (2003, p. 24) a Conferencia abordou que a “Educação Inclusiva considera o ANEE como mais um que deve frequentar a escola” e que esta promova uma educação de qualidade visando atender às necessidades de cada aluno.

Na LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) a Educação Especial é entendida como modalidade da educação escolar que deve ser oferecida na rede regular de ensino. Assegurando igualdade no atendimento educacional e participação de professores especializados, na escola regular, para que seja possível atender as necessidades de cada indivíduo. No PNE (2011-2020) (Plano Nacional da Educação) a Educação Especial é considerada como modalidade de ensino que deve abranger todos os níveis de escolarização, promovendo atendimentos educacionais especializados, procurando garantir um processo educacional igualitário para todos no ensino regular.

Segundo Silva (2012) os direitos das pessoas com deficiência ainda podem encontrar seus direitos registrados, enquanto crianças e adolescentes, no ECA (Estatuto da Criança do Adolescente) que procura garantir a obrigatoriedade de um atendimento educacional especializado na rede pública e regular de ensino, objetivando o pleno desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, e enquanto idoso, no Estatuto do Idoso. A Lei 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS) presente na constituição de 1988 visa garantir os

direitos de todas as pessoas independente de contribuições, assegura um benefício às pessoas com deficiência que declarem incapacidade para uma vida independente e que comprove renda inferior a quatro salários mínimo entre a família. (SILVA, 2012, p.232).

Diante do exposto, notamos que a Educação Especial, segundo Cardoso (2003), atua como complementação da educação regular, buscando a democratização do ensino e responder as necessidades da parte da população que não consegue fazer uso do sistema de ensino regular. Já a Educação Inclusiva compreende a Educação Especial dentro do sistema regular de ensino, proporcionando atendimento educacional comum a todos, sem distinção, favorecendo o contato entre a pluralidade social e suas diversas limitações.

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar a escola em algum momento futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados. (MITTLER, 2003, p. 236).

A inclusão escolar não é apenas aceitar a criança com necessidades educativas especiais na escola, sem procurar atender as suas indigências. Diante dos debates sobre a inclusão das pessoas com deficiência ou necessidades educativas especiais, muitas escolas procuram acolher essas crianças, mas sem apresentar uma equipe de professores com uma bagagem adequada para trabalhar com a criança. Enquanto outras escolas fecham as portas por não possuírem estruturas físicas, psicológicas e humanas para receber os desafios em propor um trabalho diferenciado que convida-nos a ter as crianças que necessitam de um atendimento especializado. “Entende-se por atendimento educacional especializado um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos do ensino regular.” (SILVA, 2012, pp.232-233).

As escolas que recebem os alunos com deficiência ou transtornos de comportamentos, boa parte, recebem para mostrar que realiza um trabalho inclusivo, porém quando parte-se para verificarmos na prática notamos que a grandes falhas no processo de aprendizagem dessas crianças. “Inclusão é uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aula comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.” (SILVA, 2012, p. 233). De acordo com Silva (2012) a inclusão escolar objetiva a

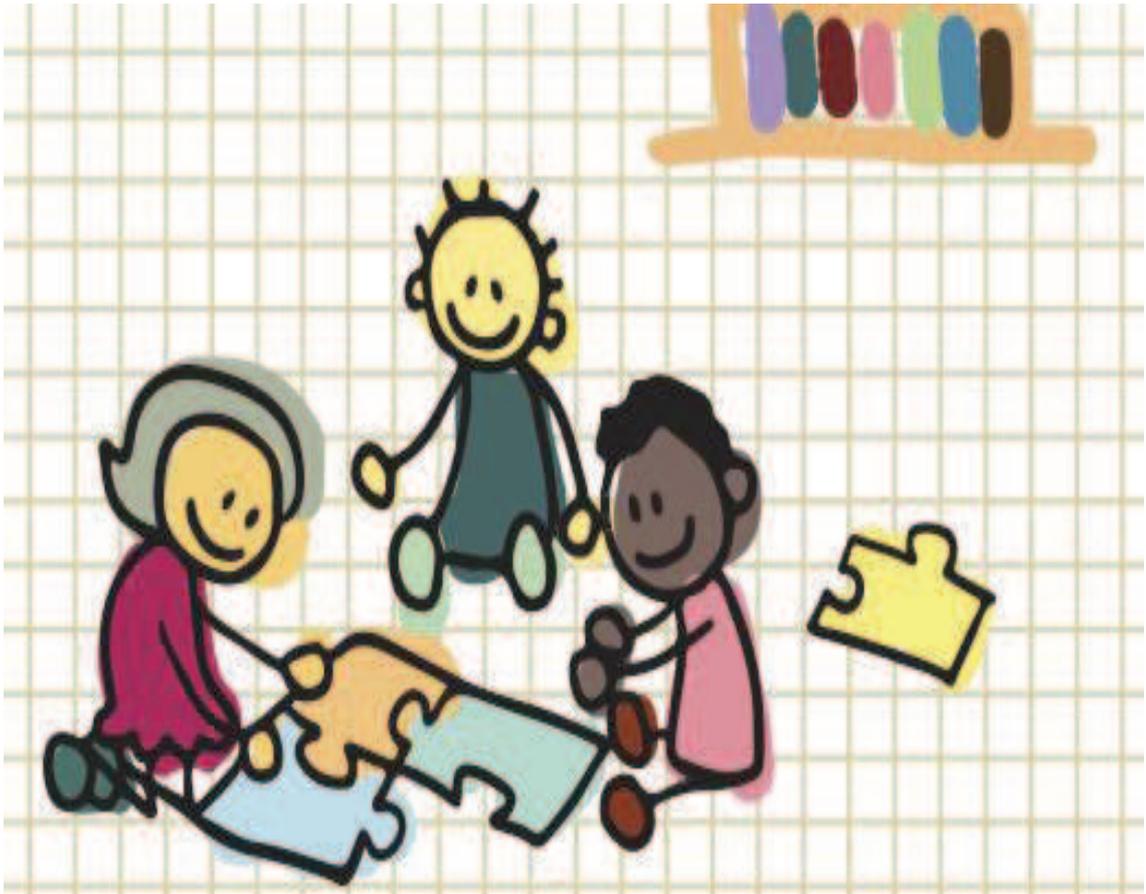
convivência das pessoas com necessidades educativas especiais com os indivíduos que não possuem tais necessidades, a fim de ocorra a promoção do convívio com a diversidade, mostrando que é possível e proveitos construirmos as relações sociais com aqueles que também constituem a sociedade.

Sendo a escola, um ambiente onde as diferenças se encontram e deveria ser trabalhadas e compreendidas, almejando o respeito ao próximo, muitas vezes acaba sendo palco da criação de disseminação de estigmas e preconceitos, a iniciar por olhares e questionamentos de professores quando se deparam com uma classe onde há crianças que insulta a sua capacidade de pesquisar e continuar seu processo de formação, para que possa compreender o caminhar do desenvolvimento humano e suas particularidades.

Entretanto, a escola é um espaço que prepara o indivíduo para a vida em sociedade, logo deve fomentar um trabalho educativo que valorize a pluralidade de seres que compõe a sociedade. Para isso, acreditamos que a comunidade escolar deva estar aberta a compreender as necessidades que os alunos apresentam buscando formas de significativas para realizar o atendimento educacional. “A educação é um direito inalienável que deve proporcionar oportunidades iguais a todos. Para isso, claro, devem ser feitos alguns ajustes conforme for o caso, para que os professores especializados saibam orientar seus alunos.” (GÓMEZ e TERÁN, 2014, p. 534). Ainda citando os autores supracitados:

Desta forma, toda a comunidade educativa está incluída, promovendo a oportunidades de que a Educação seja constituída por um elemento eficaz contra a exclusão social: incluir - incluir a todos mutuamente, de acordo com a diversidade, e não tentar “adaptar” as pessoas com autismo à “normalidade” – para fortalecer os valores da convivência, visando alcançar uma sociedade mais justa e menos violenta. (GÓMEZ e TERÁN, 2014, p.535)

Como professores e formadores de seres pensantes sobre a realidade, parte, de certo modo, de nosso trabalho mediar o desenvolvimento de uma educação que promova o respeito ao próximo, para isso não é será preciso esperar por ordens ou leis governamentais, pois dentro da sala de aula o professor tem o poder e espaço garantido para incluir, excluir, estigmatizar, condenar, alienar ou fazer plantar uma sementinha em cada ser ali presente, na qual estará presente o gene da compreensão referente à multiplicidade de pessoas com carências distintas a serem atendidas.



2. CAPÍTULO: PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS

2. CAPÍTULO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa das ciências sociais, sendo necessário para a sua realização, estudos bibliográficos, pesquisa de campo, e entrevista, empregando assim uma abordagem qualitativa e analítica referente aos dados obtidos. Segundo Minayo (2009) em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica se faz relevante, pois o pesquisador irá enriquecer seus conhecimentos através das teorias estudadas, assimilando e produzindo novas informações cognitivas. Após este primeiro passo, consideramos significativa a participação no meio social a fim de investigarmos, na prática, os dados teóricos analisados.

Sobre pesquisa qualitativa, Goldenberg (2004) aborda uma breve diferenciação entre *sociologia positivista* e *sociologia compreensiva*. Na primeira teoria, acreditava-se que os fatos sociais poderiam ser quantificados, como nas *ciências naturais* em que os dados obtidos são analisados de maneira objetiva. Tendo como estudiosos sobre essas considerações Augusto Comte (1789-1857) e Émile Durkheim (1858-1917). Já a *sociologia compreensiva*, defendida pelos alemães Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Max Weber (1864-1920) considerada o criador dessa teoria, volta suas concepções para as *ciências sociais* “que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciados”. (GOLDENBERG, 2004, p. 19).

De acordo com Minayo (2009) a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador um contato maior e envolvente com o campo empírico, pois trabalha com as subjetividades presente no campo investigado.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria se quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2009, p. 21)

Desse modo, o pesquisador visa analisar, reflexivamente, as atitudes dos sujeitos objetos de pesquisa, no contexto em que estão inseridos agindo sobre determinadas situações sociais. Como defende Weber apud Goldenberg (2004, p. 19) “o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o

comportamento ao qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos”. Logo, são nas interpretações que fazemos sobre os fatos vivenciados que chegaremos a possíveis considerações, não sendo definitivas, mas relevantes para ocasionar mudanças no meio social e subjetivo.

A referida pesquisa ocorreu em uma instituição privada de ensino regular, outra localizada no município de Remígio – PB (ESC). Observamos o ambiente e dialogamos com a gestora e professoras, as quais compõem os nossos sujeitos da pesquisa. Entrevistamos quatro (quatro) professoras que lecionam a alunos autistas. Das quatro entrevistadas, todas são graduadas em Pedagogia, dessas, uma possui Pós Graduação em Psicopedagogia e outra em Educação Infantil, a terceira participante possui apenas Graduação em Pedagogia e a quarta possui magistério e a Graduação em Pedagogia.

Optamos por ir a campo para que pudéssemos confrontar nossos estudos teóricos com o que realmente existe. A pesquisa de campo nos possibilita um contato real com o tema a ser pesquisado, sendo possível a observação analítica sobre o comportamento humano por meio de seus atos e palavras. Para Minayo (2009, p. 61) a pesquisa de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimentos, partindo da realidade encontrada no campo investigado.

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formular uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2009, p. 61)

Diante disso, se tratando de analisar a prática docente com crianças autistas, a pesquisa qualitativa se faz imprescindível, pois por meio desta é que poderemos verificar o desenvolvimento de subjetividades através das relações humanas estabelecidas no ambiente escolar, considerado o nosso campo empírico. Minayo (2009, p. 62) aborda que o campo de pesquisa é “como o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação.”. É o meio onde serão comparados os dados teóricos com a realidade por meio das ações de atores históricos sociais. Conforme Minayo (2009) construímos os sujeitos de nossa pesquisa, inicialmente, de forma teórica “enquanto componentes do objeto de estudo” (p.63). Quando partimos para o exercício da nossa pesquisa em campo, os sujeitos passam a fazer parte de uma interação social com o

pesquisador, gerando conhecimento construído a partir dos pressupostos teóricos, inicialmente, estudados. “O trabalho de campo é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente”. (MINAYO, 2009, p. 76).

Para aprofundar nossas análises, escolhemos como instrumentos de coleta de dados a entrevista. Através desses meios, tivemos a oportunidade de coletar informações segundo as comunicações estabelecidas entre pesquisador e objetos de estudo. Por meio do ato comunicacional temos a possibilidade de interpretar não só a maneira de falar dos sujeitos, mas também sua linguagem corporal que nos dizem muito em relação aos seus anseios, medos, e convicções.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores [...]. Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico. (Minayo, 2002, p. 57)

A nossa entrevista encontra-se organizada de maneira semiestruturada, constituída por 11 perguntas abertas divididas em duas partes, na primeira parte solicitamos os dados profissionais das entrevistadas, sua identificação, nível de escolaridade e tempo que leciona. Na segunda parte, partimos fizemos referência ao autismo, com o objetivo de analisar o conhecimento que as professoras possuem sobre o tema. As entrevistadas serão identificadas como Participantes I, II, III e IV. As respostas às questões serão transcritas para, em seguida serem analisadas. Segundo Minayo (2009, p. 65) a entrevista nos possibilita obter dados que “referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia.”.

A forma de registro da entrevista deu-se de maneira gravada, com auxílio de um gravador de áudio. Optamos por realizar a gravação, para que pudéssemos observar as emoções expressadas pelas entrevistadas enquanto dialogavam sobre as questões lançadas. Para Gil (1999) é necessário que se procure registrar as respostas durante a entrevista para que se possa reproduzi-la depois, ou por anotações ou por gravação. Ao realizar anotações, podemos perder alguns detalhes expressados na fala e movimentos do entrevistado. Já por meio da gravação foi possível olhar nos olhos das entrevistadas, buscando perceber informações além de sua fala. Detemos nossa atenção aos movimentos, expressões, emoções, pausas no diálogo, afloradas no momento dos questionamentos lançados. Após a gravação,

fizemos a transcrição da entrevista para que déssemos início a sua análise, almejando compreender os registros coletados.

Diante disso, a pesquisa de campo nos proporciona novas relações pessoais, porém, com um fim investigativo sobre as ações dos sujeitos. O pesquisador não sairá o mesmo depois de ter participado de observações, diálogos e vivências no campo de investigação, pois além de buscar interpretar os fenômenos sociais irá (re) construir sua subjetividade a partir, também, de suas análises. “Os cientistas sociais, que pesquisam os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeito e objeto de suas pesquisas.” (GOLDENBERG, 2004, p. 19).

Como ponto primordial de nosso estudo, temos a análise de interpretação dos dados. Estes se apresentam fundamentados, teoricamente, com o intuito de relacionarmos os dados coletados com as opiniões que embasam o nosso estudo. É o momento que Goldenberg (2004, p. 92) considera como o que devemos ter “muita sensibilidade para que se aproveite o máximo possível dos dados coletados e da teoria estudada” para que possamos analisar, nesse caso, as ações sociais.



3. CAPÍTULO: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3. CAPÍTULO: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a análise dos dados foram utilizadas as informações transcritas das entrevistas, realizada com quatro professoras de alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA). As informações estão organizadas de maneira a permitir uma reflexão mais ampla, baseada na literatura utilizada.

Na primeira parte da entrevista, solicitamos que as professoras relatassem sobre sua formação acadêmica e o tempo que lecionam. Acreditamos que, a partir dessa questão teremos o início de uma boa análise para que seja possível chegarmos a um passo de conclusões referentes ao processo de inclusão e desenvolvimento de uma criança com TEA em sala de aula de ensino regular.

Graduada em Pedagogia. Pós Graduação em Psicopedagogia [...] leciono há nove anos. (Participante 1).

A minha formação é... Graduação completa em Pedagogia. Já faz uns quinze anos que eu estou em sala de aula. Comecei trabalhando em creches, com crianças de três a cinco anos. Foi uma experiência muito boa, foi ai que eu realmente senti que era isso que eu queria. (Participante 2).

Pós Graduada em Educação Infantil [...] Graduada em Pedagogia e cinco anos na Educação Infantil. (Participante 3)

Graduação em Pedagogia e seis anos em sala de aula. (Participante 4)

Para estar em sala de aula, consideramos importante que o professor possua conhecimentos atuais, sobre as temáticas que permeiam o meio social. Logo, o professor precisa estar buscando uma nova postura diante de sua mediação em sala de aula, pois o contexto pelo qual a escola é formada é diversificado, exigindo do professor habilidade diferenciado para atender as necessidades específicas dos alunos. Faz-se indispensável que o professor conheça como se processa o desenvolvimento da aprendizagem em consequência do desenvolvimento humano. Acreditamos que, ao receber sua turma, no início do ano, o professor deve buscar conhecê-los em suas especificidades, para que possa realizar um planejamento abrangente e relevante para todos.

Sabemos que a escola deve dar suporte ao professor, em relação ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais, porém o professor, diante de suas dificuldades precisa batalhar na cobrança pelo apoio para a realização de um trabalho inclusivo, já que fazem parte de uma comunidade em que o trabalho deve ser coletivo,

visando o bem estar social. A escola tem grande participação na vida dos indivíduos, pois dentro do espaço escolar o ser humano forma sua subjetividade levando consigo pontos negativos ou positivos para toda vida.

Todas as organizações caracterizam-se por ter certas finalidades estabelecidas, certos meios pessoais e recursos materiais relativos a tais finalidades. Um centro educacional é uma organização que tem por finalidade a educação dos cidadãos e, para isso, conta com certos meios e recursos materiais, cuja harmonização, diante de seu objetivo, exige uma gestão eficaz. (COLL et al, 1995, p. 296).

Vimos, inicialmente, que as professoras possuem formação na área da educação, mas que ainda apresentam carências de conhecimento, como todo ser humano, pois estamos sempre buscando algo para completar nossa formação. A busca pelo conhecimento é incessante. Ao passar por um curso de graduação nos são apresentadas algumas noções sobre as diversas maneiras de aprender, mas não é suficiente fazendo-nos buscar mais formação posteriormente. cremos que, o professor buscar atualizar seus conhecimentos para exercer um trabalho docente significativo.

Entretanto, sabemos que as formações existem, mas são realizadas com seriedade e profissionalismo ou apenas em busca de títulos para enriquecer o currículo? Podemos mencionar que, algumas pessoas buscar uma formação especializada em Psicopedagogia, porém no momento que necessitam relacionar a teoria compreendida com a prática, notamos que falta uma ligação, por isso o questionamento anterior.

O professor, como mediador, apresenta grande influência na formação de seus alunos. Desse modo, acreditamos que em pequenas atitudes o professor pode marcar a personalidade do outro, no caso dos seus alunos. Assim, diante dos debates atuais de inclusão educacional e social de pessoas com necessidades educacionais especiais, seria conveniente averiguar que tipo de marcas professores está fazendo-se criar nas escolas em que essas crianças estão inseridas.

Como mediador de uma formação reflexiva sobre a sociedade, o professor, deve antes de tudo possuir uma formação humana, não alienada, não alienante, que seja procurador de seu exercício de formar seres críticos, transformadores do meio em que vivem. Para isso, é necessário que, segundo Martins (2007) ao participar de uma formação ocorra também uma “autoformação”, permitindo uma visão analítica sobre si e o outro, para que se possa desenvolver um trabalho educativo de qualidade. Segundo Nóvoa (apud Martins 2007, p.11)

A maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino [...] Eis-nos de novo face à pessoa e ao profissional, ao ser e ao ensinar. Aqui estamos. Nós e a profissão. E as opções que cada um de nós tem de fazer como professor, as quais cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. É impossível separar o *eu* profissional do *eu* pessoal.

Dessa maneira, ao se tratar sobre inclusão o professor atua como ponte fundamental, em sala de aula, para se fazer compreender a diversidade que compõe o nosso país. Porém, consideramos que, para que esse trabalho seja realizado de forma harmoniosa, é preciso que o professor não deixe transparecer seus valores, suas crenças, isso devido ao fato de muitos realmente, não acreditarem no desenvolvimento das crianças com TEA, chegando a se questionarem o motivo dessas crianças na escola, mas aceitam a criança “inserida” em sua sala de aula, com a visão de que a criança é quem deve se adaptar a sua metodologia. Diante disso, consideramos que a personalidade do professor pode afetar em seu exercício pedagógico, porque, inconscientemente, exhibe suas crenças e aceitação/rejeição sobre determinado assunto.

A segunda parte da entrevista refere-se aos conhecimentos que as professoras possuem acerca da inclusão e o Transtorno de Espectros Autista. Dividimos a segunda parte em oito subitens relacionados ao tema. No primeiro, solicitamos que as professoras definissem uma criança autista, como elas caracterizam uma criança com autismo.

É, não tenho muita experiência com uma criança autista, né? Esse ano é que eu to lecionando [...] com mais, é? [...] com mais vigor, né? Mas, eu caracterizo uma criança muito desatenta, que precisa de um auxílio, de uma pessoa pra tá ali, é [...] explorando mais sobre as questões estudadas em sala. (Participante 1).

Como eu já trabalhei, assim, como Professora, já tive alunos com autismo. Eu posso dizer que são crianças que vivem em um mundo diferente do nosso. Dependendo do grau do autismo, podem ser mais maleáveis [...] outras demonstram comportamento mais difícil, um descontrole emocional, digamos assim [...]. (Participante 2).

É uma criança que necessita de um apoio diferenciado para se desenvolver integralmente, visando a convivência em sociedade. (Participante 3)

É [...] uma pessoa que se distrai facilmente numa determinada ocasião, ou um determinado [...] ela está focada numa determinada situação e vai pra [...] pra longe, vamos dizer assim. Ou está longe e de repente ela volta [...] pra aquela situação que está sendo trabalhada. (Participante 4)

Quando não conhecemos as características de uma criança com TEA, tendemos a criar estigmas sobre sua maneira de agir. Segundo Goffman (2004) quando nos deparamos com o outro, aquele que se diferencia do padrão da “normalidade” estabelecido pela sociedade, costumamos caracterizar a identidade social de alguém.

Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir das imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis mas não desejados, frequentemente de aspectos sobrenatural tais como “sexto sentido” ou “percepção”: “Alguns podem hesitar em tocar ou guiar o cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de um Gestalt de incapacidade, de tal modo que o individuo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo como se fosse um aleijado. (GOFFMAN, 2004, P. 15)

Segundo Gómez e Terán (2014) o Transtorno de Espectro Autista é uma maneira ímpar de acontecer o desenvolvimento humano, nesse processo a pessoa tem a comunicação, o comportamento e a socialização afetada, fazendo com que a criança, muitas vezes, não compreenda o que se passa ao seu redor, levando a criança a ficar restrita em um mundo somente dela. Esse afastamento do real faz com que as pessoas que convivem com crianças com TEA, nesse caso os professores, acabem caracterizando as crianças com TEA como desatentas, como vimos na fala das entrevistadas. De acordo com Gómez e Terán (2014, p. 445).

Tais comportamentos podem ocorrer em diferentes níveis, que vão desde uma completa ausência de discurso perante a vida, um comportamento repetitivo, autoperjudicial e agressivo até formas mais suaves e confundem-se com timidez, falta de atenção, déficits auditivos ou excentricidade.

Os professores podem contribuir para a interação social de crianças com TEA, para isso é necessário que o docente, não enxergue apenas a falta de atenção da criança como preguiça, realize cobranças ou o relegue a segundo plano. Ao perceber as dificuldades que o aluno está apresentando o professor pode buscar meios para conviver com as manifestações que eles expressam. O primeiro passo é buscar conhecer o desenvolvimento da criança com autismo, suas conceituações, como se dá o desenvolvimento da aprendizagem de uma criança com TEA. Quando há interesse, podemos contribuir bastante para o desenvolvimento da criança com autismo, mesmo que não possuam conhecimentos específicos na área. Segundo Silva (2012) para trabalhar com crianças com TEA e para que esse exercício seja proveitoso para ambas às partes os professores precisam ter, em seu dia a dia escolar, alguns elementos essenciais para a vida humana “amor, dedicação e paciência” (SILVA, 2012, 114) através destes será possível à permissão para que o professor possa fazer parte da vida da criança autista.

De acordo Cunha (2012) as crianças autistas apresentam dificuldades em interagir com o olhar, assim o professor precisa ir ao encontro dela, buscando atrair seu olhar, procurando ser percebido pela criança autista.

Muito raramente, a criança com autismo interage pelo olhar, mesmo quando o adulto a chama. Para receber o seu olhar, o professor precisa fisicamente abaixar-se até ela, ficar na altura do seu tamanho, olhá-la nos olhos, na sua estatura. A traí-la pelo olhar. Quando o professor faz assim, é possível que a criança o veja. Isto é muito significativo e deve ser usado sempre com qualquer indivíduo na educação, porque, verdadeiramente, é essencial atraí-lo para educar. (CUNHA, 2012, p. 34)

Conhecendo as especificidades de uma criança autista, os professores podem procurar meios de ajudá-lo a entender aquilo que queremos passar. Ou seja, é procurar maneiras para adequar a escola às necessidades da criança autista. Esse é um dos obstáculos a ser vencido, fazer com que a comunidade escolar busque adaptar seu sistema de atendimento às carências educacionais dessas crianças. Acreditamos que para isso ocorrer atitude mais responsável pela mudança é o conhecimento, a autoformação e compreensão frente a múltiplas maneiras de ser, pensar e agir.

O profissional da educação, sendo professor de uma criança necessidades educacionais especiais, precisam estar ciente e conhecer toda e qualquer dificuldade da aprendizagem, bem como os transtornos que afetam o seu desenvolvimento, para que não venha rotular os seus alunos que tenham alguma necessidade especial. Pois segundo, Coelho (2012, p.36),

(...) Rótulos como excepcionais, deficientes, portadores de necessidades especiais são generalizados e passam a ter força explicativa em relação a todo e qualquer comportamento de cada um desses sujeitos tomados individualmente, isto é, uma perspectiva ideológica de usos linguísticos. (...) Esses sujeitos são, portanto, reduzidos a uma representação social, a uma tipificação que lhes nega a própria condição de sujeitos, com histórias de vida própria e pessoal.

Por isto, há uma necessidade de que se tenha um olhar mais humano e profissional para que não venham fixar-se apenas ao aspecto ou atributo dessa pessoa, contribuindo para a disseminação de estigmas e preconceitos.

Diante disso, ressaltamos a importância do professor como mediador no processo de socialização entre as crianças autistas em conjunto com as demais, logo o educador não pode expressar-se leigo ao tema, principalmente, quando tem em sua sala de aula a presença de alguém que interpreta o mundo de uma maneira diferente da nossa.

No segundo subitem, questionamos a respeito de alguma formação específica, que tratasse sobre a inclusão de crianças com TEA na escola regular.

Não. Mas eu tenho muita vontade. (Participante 1)

Não. Só no curso de Pedagogia mesmo, na disciplina. (Participante 2).

Sim. Na cidade que moro, Remígio, houve no ano de [...] 2011, uma formação continuada de [...] em Inclusão Educacional de Crianças e Adolescentes com Deficiência, que foi uma ação [...] da Secretaria Municipal de Educação, através do Programa de Educação Inclusiva, direito a diversidade, é [...] destinada a professores, coordenadores escolares, gestores escolares e estudantes de graduação, vinculados a qualquer instituição de ensino superior. (Participante 3).

Não. (Participante 4)

Não podemos deixar de mencionar a fala da Participante 1, Pós Graduada em Psicopedagogia e afirma não ter participado de nenhuma formação que abordasse o tema. O que houve com o período de formação em Psicopedagogia? Para Arce (2001, p.59) a formação do profissional da educação:

(...) precisa contemplar as diversas áreas de conhecimento humano para que sua cultura seja vasta. Fornecendo-lhe assim elementos para que possa ensinar os alunos, possibilitando-lhes enxergar a humanidade, seus anseios e necessidades e não somente os seus próprios interesses imediatos. O conhecimento deve inquietar, ser uma vacina contra a apatia e o egoísmo. Ainda não possuímos melhor forma de fazer isso do que a leitura e [a aprendizagem]. Eis o que a educação do professor deveria fazer.

De acordo com Arce (2001) o conhecimento rege toda prática pedagógica de um professor, todavia muitos preferem não buscar uma atualização, usando sempre a sobrecarga de atividades que tem. Como já mencionamos, será por meio da sua aprendizagem que o educador poderá auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do outro. Para o conhecimento causar inquietações e desejos de ser buscado por alguém, precisam causar impressões, anseios a ser estudado. Precisa fazer parte do seu universo de necessidade. No caso, o professor precisa ser compromissado e possuir uma visão de melhorias para com o que faz, caso contrário, não procurará conhecer o desenvolvimento humano e muito menos assumir, de fato, uma postura inclusiva diante do outro.

É preciso que o professor sinta interesse em fazer o melhor em sala de aula para o desenvolvimento de seus alunos. Um educador compromissado, apesar das adversidades que encontrar, contribui para o bom desempenho de seus alunos seja social, cognitivo, afetivo, de comunicação. O professor se quer, realmente, exercer sua profissão de maneira a colaborar,

significativamente, para a formação de seus alunos, deverá procurar formas que o auxiliem a isso, para que não rotule as crianças por causa de alguma especificidade, não será contribuindo para estigmatizar que favorecerá o processo de desenvolvimento humano saudável.

Para que possamos, enquanto professores, exercer a educação inclusiva no ambiente escolar, faz-se necessário à mudança de postura frente as nossas crenças de senso comum, o abandono da viseira que impossibilita-nos de ver a diversidade como algo que nos engrandece e faz com outros cresçam a partir de nós, sem rótulos, preconceitos ou estigmas e o melhor caminho para isso chama-se: conhecimento de si e do outro.

De acordo com a legislação, as escolas regulares devem promover um atendimento especializado para as crianças com necessidades educativas especiais, a fim de incluí-las e favorecer um desenvolvimento adequado de suas capacidades. Sobre isso, questionamos no terceiro subitem, se na escola em que trabalham as crianças autistas recebem um atendimento pedagógico individualizado e como é realizado.

Não. Na escola não, mas ele tem um acompanhamento fora de sala de aula [...] na APAE. (Participante 1)

Não. O atendimento é na sala mesmo, até porque ele já tem uma postura de socialização com os demais. (Participante 2)

Não. (Participante 3)

Não. Até mesmo porque ele não precisa. Ele tem um ótimo desempenho. (Participante 4)

Diante das afirmações acima, podemos notar a complexidade das ações efetivadas no ambiente escolar. Ora, a criança com TEA é caracterizada como desatenta, distraída, com comportamentos dependentes das situações que o cerca, porém não tem e “não precisam”, como diz a fala de algumas participantes, de um atendimento pedagógico individualizado, porque apresentam “boa convivência” com os demais ou acompanham, até certo momento, os conteúdos pedagógicos que estão sendo repassados. Consideramos importante destacar alguns pontos a si refletir: primeiro, com relação à fala da Participante 2. De início, a professora caracteriza a criança autista como alguém que vive em um mundo diferente do nosso, com comportamento semelhante a um “descontrole emocional”, “comportamento muito difícil” (Participante 2) mas, posteriormente afirma que a criança não tem um atendimento individualizado “até por que já tem uma postura de socialização com os demais”. (Participante 2). Esta afirmação soa como desculpa por realmente não acontecer o

atendimento necessário. Pois, se a criança com TEA apresenta comportamentos incomuns, aos quais as demais crianças não estão adaptadas, elas talvez, não procurarão manter contato afetivo com a criança autista, pois se aproximariam, mas com receio da sua reação.

Diante disso, nasce o estigma, e quem contorna a situação para que os olhares diferenciados não se alarde é o professor, com abordagem e argumentos respaldados de conhecimentos sobre o tema a fim de plantar na subjetividade do outro, no caso a criança não autista, uma “sementinha” da compreensão acerca das diferenças e do respeito.

Na fala da Participante 4, a criança autista, é vista como desatenta, mas afirma que não precisa de atendimento pedagógico individualizado, por que apresenta desempenho satisfatório. Ou seja, a criança apresenta, com clareza, que compreende o que está sendo abordado em sala de aula, apesar da sua falta de atenção. De acordo com as legislações, LDB 9.394/96, Declaração de Salamanca (1994), entre outros as escolas regulares, em uma perspectiva inclusiva, devem favorecer metodologias adequadas e professores especializados para a realização de um trabalho que venha a desenvolver as capacidades do aluno com TEA. Segundo Cunha (2012) muitas escolas fomentam uma proposta pedagógica que se mostra inclusiva, mas que na realidade não contempla, de maneira gratificante as exigências da lei.

Entretanto, sabemos que, para a instituição de ensino atender a esses propósitos, deverá possuir adequação e organização concernentes à diversidade discente. Não somente isso, mas, ao quadro docente, deverá ela conceder as condições essenciais de trabalho e possibilitar a constante atualização dos seus profissionais. Caso, contrário, os resultados podem não ser tão positivos. (CUNHA, 2012, p.99)

Certo de que, um professor com uma classe numerosa de alunos não poderá ofertar um atendimento especializado significativo a uma criança com TEA, porém tem voz e vez para exigir esse atendimento para seu aluno, como também buscar meios para se qualificar e tentar desenvolver um trabalho inclusivo.

A fim de compreendermos melhor essa discussão, no subitem quatro, questionamos sobre as atividades pedagógicas que são desenvolvidas em sala com as crianças autistas, já devemos, enquanto professores, considerar as especificidades de cada criança.

Por enquanto, as atividades são as mesmas dos outros alunos. Não tô fazendo atividade diferenciada não. Até porque ele ainda acompanha. Tem algumas questões de interpretação, é [...] interpretação de questões pra ser resolvida que ele precisa de uma [...] de uma ajuda, o restante ele consegue resolver só. (Participante 1)

Com ele e com a turma, é [...] num todo é o trabalho com o lúdico. Atividades como pintura com guache; recorte e colagem; alfabeto

ilustrado; leitura de imagem e colagem do nome, pra aqueles que estão aprendendo a ler; jogos matemáticos; brincadeiras que exija a socialização da criança com os outros como: jogo da memória; varetas; quebra cabeça; troca-troca; recreação coordenada [...] e outros. (Participante 2)

Eu planejo as atividades é [...] com base na expectativa de aprendizagem e de acordo com o nível de desenvolvimento dele. São atividades com nome próprio, onde eu coloco o nome e deixo que ele use o alfabeto móvel para montá-lo. Envolve tarefas de pinturas [...] de cores e números. Às vezes ele faz tranquilamente, e tem dias que ele também não quer realizar nenhuma. (Participante 3)

As atividades dele são todos iguais aos demais alunos, até mesmo porque ele tem um ótimo desempenho, ele é muito participativo, compreensivo, então as atividades dele [...] são iguais. (Participante 4)

Aqui citamos Vasconcellos (2000) sobre o ato de planejar, que exige do professor bastante empenho, dedicação e compromisso. O planejamento deve ser flexível e atender as necessidades de cada criança. O planejamento é uma ação que deve visar à transformação de uma realidade, almejando a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Planejar não é fácil e planejar com flexibilizações exige ainda mais do professor. Porém, quando intenciona um trabalho de qualidade procura dentro de suas possibilidades fazer o melhor. As crianças com necessidades educacionais especiais necessitam ser acolhidas e pensadas dentro do planejamento escolar. Por isso, o professor deve planejar voltando suas ações para as diferentes carências que constituem o contexto de sua sala de aula, procurar conhecer e atender as especificidades de cada aluno. Cunha (2012) citando Vygotsky considera que:

É importante o entendimento dos processos mentais do indivíduo para delinear programas de tratamento educacional e desenvolver ao máximo as potencialidades cognitivas. [...] o ambiente escolar é surpreendentemente progressivo no estímulo de vivências, quando preparado e adequado à diversidade discente. (Cunha, 2012, p. 55)

Desse modo, desenvolver uma prática pedagógica inclusiva, que contemple a diversidade é realmente um desafio para a comunidade escolar. Conforme as afirmações das professoras, podemos entender que mesmo não possuindo conhecimentos sobre o tema algumas reconhecem a necessidade de um atendimento especializado, porém a maioria não busca realizar um planejamento que enfatize o desenvolvimento das habilidades da criança autista. Exercendo uma metodologia, em certos casos, preocupadas em repassar os conteúdos e utilizar o livro didático, sem que haja a parte humana de pensar nas necessidades do outro e como trabalha-las de modo favorável. Segundo Silva (2012) o autista apresenta um “mundo singular”, diferente do nosso, que para ele é visto de maneira complexa, pois o indivíduo com

TEA, sem as orientações precisas não compreende o sentido de muitas de nossas ações cotidianas quando se mostram com uma duplicidade de sentidos.

O nosso cotidiano é dinâmico, logo, o professor deve partir da ideia de que situações que apresentam duplo sentido serão de difícil entendimento para o autista, necessitando de sua interação para auxiliá-lo a compreender a vida dos indivíduos não autistas.

O ser humano salva as informações em seu cérebro por meio de conceitos e símbolos. Os homens tendem a conceber definições e inter-relacionar uma ideia com outras. O raciocínio é abstrato e nos permite entender o que ainda não se pode ver. As pessoas com autismo armazenam as informações em imagens (como fotografias) e os conceitos ou definições através de generalização, ou seja, pela assimilação de várias imagens do mesmo conceito, é gerada uma série de características semelhantes que permitem estabelecer uma relação entre elas. (GÓMEZ e TERÁN, 2014, p. 480).

Para Silva (2012, p. 126) o professor, inicialmente, deve elaborar “atendimento educacional específico” realizar atividades do seu interesse, ajuda-lo a compreender o mundo, as atitudes, e as ações diversificadas que se apresentam complexas para interpretação, do mundo que os envolve. Para isso, o professor precisa com muita paciência e interesse buscar conhecer as necessidades de seu aluno autista visando proporcionar situações de aprendizagem que as levem em consideração a fim de desenvolvê-las. Favorecer, em sala de aula, um ambiente de inclusão em que todos façam parte do processo de aprendizagem, sem que haja desconsideração ou escanteio daquele que se mostre diferente do grupo em maioria.

No subitem cinco, indagamos às professoras a respeito das atitudes das crianças autistas em sala de aula, como consideravam o relacionamento dessas crianças com as demais da classe.

Em relação ao comportamento ele, [...] ele age como as outras crianças, só [...] eu considero ele mais um pouco infantil, em relação a algumas atividades, brincadeiras que ele não aceita [...] É, ele se acha também um pouco inferior, não sei se por ele achar que ele [...] Ele percebe né? Que é uma criança especial. (Participante 1)

O aluno autista tem um grau diferenciado de aprendizagem. Ele demonstra carinho, quando é tratado com carinho ou se afasta dos outros e às vezes fica agressivo ou irritado quando é destrutado ou quando os colegas pega seus objetos sem permissão. Outras vezes não está interessado nas atividades porque está envolvido com algo mais interessante [...] naquele momento como, por exemplo: folheando um gibi, ou uma literatura, ou construindo seu imaginário com objetos que estão ao seu alcance. Às vezes torna-se muito mimado e utiliza-se da chantagem ou do choro para conseguir o que quer. (Participante 2)

Ele muda de comportamento constantemente. Existe momentos que ele se isola [...] e na maioria das vezes, também, faz gestos próprios dele e muita vezes vejo ele brincando, gosta de desenhar no quadro de giz e também manusear livros. (Participante 3)

Ele se irrita com facilidade, reclama muito de barulho, ele repete muito as falas, várias vezes [...] às vezes o que eu falo ele repete, também faz bastante gestos carinhosos, com frequência, em várias situações [...] ele sempre está fazendo [...] beijos, abraços [...]. (Participante 4)

Como vimos o autismo afeta três áreas do desenvolvimento: “a socialização, a linguagem/comunicação e o comportamento” (SILVA, 2012, p.87). A psiquiatra aborda que as crianças com TEA, seguem uma rotina diária para melhor se adaptar, geralmente, algumas crianças autistas apresentam “aversão a barulhos altos, gritos ou fogos de artifício (fonofobia)” (SILVA, 2012, p. 92) o que muitas vezes, em sala de aula, faz com que a criança autista se irrite, demonstrando comportamentos inapropriados, podem apresentar “instabilidade de humor e afeto. Em determinado momento podem estrar muito bem e terem uma crise de choro em seguida. Também podem alternar explosões de alegria e acessos de raiva, sem que ninguém consiga saber o motivo”. (SILVA, 2012, p. 93) como o que a Participante 1 considerou como “descontrole emocional”.

As crianças autistas não conseguem manter o foco em uma atividade por muito tempo, apresentando “período curto de atenção” (SILVA, 2012, p. 93) o que leva os professores a estigmatizá-los, a princípio, como desatentos. “18 – movimentos estereotipados e repetitivos, por exemplo, balançar o corpo, bater palmas, agitar ou torcer as mãos ou dedos, e dar pulinhos. 19 – valorização da parte pelo todo. Muitas vezes o detalhe vale mais do que o conjunto.” (SILVA, 2012, p. 92). É o que a Participante 3 deve ter considerado quando mencionou que a criança realiza “[...] gestos próprios dele [...]”. A participante 4 ao relatar que a criança “[...] repete muito as falas, várias vezes [...]” referiu-se a uma das “disfunções da comunicação” descrita por Silva (2012, p. 91) “uso estereotipados e repetitivo da linguagem [...] (ecolalia)”.

Diante disso, ponderamos a necessidade do professor conhecer como se processa o desenvolvimento da pessoa com TEA, para que não se crie rótulos. Sabemos que, o ser humano cria preconceitos por não conhecer a raiz que sustenta a constituição de um dado a ser analisado, ao invés de buscarmos interpretar as causas de determinado tipo de comportamento de um indivíduo, muitas vezes, tendemos a criar preconceitos gerando os estigmas e as desigualdades entre os indivíduos.

Tratando-se de um tema complexo e difícil de ser abordado, consideramos importante que os professores devem compreender, pelo menos um pouco, sobre o processo de inclusão, seu conceito e o sentido de ser praticado. Com isso, questionamos as professores, no subitem seis, como avaliam a inclusão de aluno autista na escola regular.

Como é que eu avalio? [...] É [...] Eu avalio importante, né? Mas, em alguns casos, em sala de aula, é [...] o professor não tem como dar o suporte que ele necessita. Em atividades [...] vai chegar um período que ele não vai acompanhar os conteúdos de sala e eu vou ter que fazer uma atividade diferenciada, mas eu não vou ter aquele tempo de me dedicar a ele, trabalhar aquela necessidade que [...] ele tem [...] Mas, é importante ele, ele se relacionar com as outras crianças. (Participante 1)

A opinião sobre a inclusão? O que eu acho da inclusão é o seguinte [...] A inclusão só acontece se houver um trabalho sério, que envolva a escola, a família e a criança [...] A inclusão é um trabalho de equipe, todos deve, estar envolvidos, caso contrário, não existe inclusão. (Participante 2)

Temos que valorizar [...] as potencialidades de cada autista, acreditando no seu sucesso escolar [...] confiando que vai desenvolver sua aprendizagem. É preciso propiciar um clima favorável para um desenvolvimento afetivo e equilibrado. (Participante 3)

É um grande suporte pra família, né? Até mesmo porque, já é um choque pra família, então [...] ela se sente apoiada em poder incluir o seu filho numa escola que eles sabem que vão ter todo um apoio pra [...] ajudar a compreender a situação que o filho se encontra, né? Porque não é fácil, é uma situação diferente das demais. Então, eles têm um suporte maior, né? (Participante 4)

É difícil discorrer sobre um tema quando nos falta respaldo sobre o mesmo. Sabemos que a inclusão é uma ação importante e deve acontecer se quisermos construir uma sociedade em que os indivíduos possam conviver, harmoniosamente, com a multiplicidade de sujeitos. Porém, até que ponto, enquanto, educadores, procuramos realizar esta ação em sala de aula? As entrevistadas consideraram a inclusão como fator importante para uma convivência respeitosa diante da diversidade, mas que deve ser um trabalho a ser realizado em conjunto, pois o professor sozinho não tem como realizar esse trabalho. Sabemos que o trabalho educacional deve ser desenvolvido em conjunto, porém nos questionamos de quem pode partir também a mobilização? O chamado para olharmos com humanidade as necessidades do outro? “Não podemos pensar em inclusão escolar, sem pensarmos em ambiente inclusivo. Inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas. [...] Quando acreditamos no indivíduo, no seu potencial humano e na sua capacidade de reconstruir seu futuro, o incluímos, e nossa atitude torna-se o movimento que dará

início ao seu processo de emancipação. Na verdade, a inclusão escolar inicia-se pelo professor.” (CUNHA, 2012, pp. 100 - 101).

Considerar a inclusão como algo primordial e não coloca-lo em prática são dois caminhos distantes de se encontrarem, mas não impossíveis. De acordo com Cunha (2012) a sala de aula é o ambiente onde o professor pode causar o início de várias manifestações, depende de sua situação. “Não se inclui ninguém com uma pedagógica restritiva e em uma sala onde o professora interage consigo mesmo ou com o conteúdo de sua disciplina, enquanto os alunos dispersos e apáticos pensam durante as aulas em algo melhor para fazer”. (CUNHA, 2012, p. 100). De acordo com o autor, é na sala de aula, em meio à heterogeneidade de indivíduos que podemos constatar que cada um apresenta um jeito ímpar de aprender e não há como incluir se o professor não levar em conta as limitações de cada sujeito aprendente. Quando desconsideramos as capacidades de nossos alunos, estamos desconsiderando nossas capacidades em convivermos com determinadas situações.

Como diz Cunha (2012, p. 101) “nos rótulos, encontram-se as limitações do aprendente, ou melhor, as nossas limitações.” Enquanto, exercemos uma prática docente, em que os valores e crenças pelas quais fomos, culturalmente, formados estiverem a frente, não conseguiremos ver as pessoas com necessidades educacionais especiais como sujeitos capazes e tão logo, não trabalharemos, significativamente, em prol da inclusão.

Diante disso, no subitem sete, perguntamos sobre os desafios que as professoras encontram face à inclusão de crianças autistas na escola regular.

É [...] Em relação às atividades, né? O apoio que ele precisa [...] Que durante essas quatro horas que a gente passa com ele não tem. A [...] o apoio que ele precisa [...] principalmente, pra trabalhar as questões que ele tem dificuldades, né? Tanto da fala, quanto na escrita. Que a gente não tem. (Participante 1)

Existe muitos desafios [...] É [...] É, para o professor possa trabalhar com a criança com autismo. [...] Um deles é a família que resiste ao diagnóstico da criança. Outro é o material adequado para trabalhar, que as vezes tem, as vezes não tem. Outro também, são as salas de aula superlotadas de alunos, deixando a criança autista em último plano, e , no meu caso [...] Nesse caso, ele vem pra escola, mas ele não está incluído nas atividades [...]. (Participante 2)

Um dos maiores desafios é a convivência com eles, como transmitir os conteúdos pedagógicos, pois o aluno com quem eu trabalho, ele não fala [...]. (Participante 3)

[...] Então, o maior desafio é o seguinte [...] Porque a gente não tem uma preparação adequada pra lidar com determinada situação. Então [...] o

que acontece? Falta uma capacitação pra gente lidar melhor. E aí, cada professor tem que se aperfeiçoar [...] a cada criança, né? Cada um é diferente, um do outro. Então a gente vai se aperfeiçoando conforme o cotidiano, no dia a dia. A gente vai aprendendo a lidar [...] nessa situação. (Participante 4)

Das quatro entrevistadas, apenas uma fez referência a formação do profissional, a uma capacitação que lhe oportunizasse entender melhor sobre o assunto. De acordo com Cunha (2012) as leis são criadas, porém falta a preparação para os professores atuarem frente às necessidades dos seus alunos. Acreditamos que, para conhecer sobre determinado tema, o professor não precisa esperar para concorrer a vagas em cursos de formações, quando se há sede pelo conhecimento o mais provável é que se busquem meios para saciá-la, e um desses meios pode ser encontrado em livros. O professor pode procurar estudiosos que tratem a respeito do tema que necessita ser conhecido e estudar.

É comum vermos professores preocupados com a cientificidade da sua disciplina, mas esquecendo-se da humanidade do seu ofício. É preeminente na educação um pensamento emergente que dê conta da complexidade da escola nos dias atuais. Necessário é olhar o homem como um ser integral, na sua estrutura biológica, afetiva e social. Com efeito, não podemos educar sem atentarmos para o aluno na sua individualidade, no seu papel social na conquista da sua autonomia. (CUNHA, 2012, p. 102)

Entretanto, como mencionamos, é necessário desprender-se da visão conteudista, aflorar o humano em cada um para que seja possível a realização de um trabalho significativo. Se a família resiste a um diagnóstico deve ser por falta da atuação de um profissional que saiba como usar as palavras para expressar as dificuldades de aprendizagem que a criança apresenta em sala; se é por falta de material existe a reciclagem, através da qual o professor pode reutilizar vários objetos que o auxiliem nas atividades em sala de aula. Mas, se é por comodismo, falta de interesse com o próximo, que não haja reclamações futuras de uma sociedade violenta e desigual. Consideramos que, o mais importante na formação de um professor não é a quantidade de títulos, mas a capacidade de autoanálise em prol de um fazer pedagógico que beneficie os sujeitos aprendentes e a si própria.

Para encerrar nossos questionamentos, questionamos às professoras, quais recomendações sugerem para melhor acontecer o processo de inclusão do aluno autista na escola regular.

[...] Um atendimento especial, uma outra pessoa em sala, ou [...] durante aquele dia tivesse um [...] um horarozinho que a pessoa viesse trabalhar com ele, as suas dificuldades. Por que o professor em sala, não faz não. (Participante 1)

Eu não sou a pessoa adequada para dar recomendações, pois conheço pouco sobre inclusão social e crianças especiais, mas quem quer corre atrás. Eu faço assim na minha sala de aula [...] Pesquiso, invento, procuro fazer as coisas darem certo. Conheço histórias de crianças que tem autismo, tem o material adequado a ser trabalhado, mas os professores não usam. Para as coisas darem certo é preciso fazer acontecer. (Participante 2)

É preciso garantir o espaço [...] e dar oportunidade, principalmente, sensibilizar as pessoas que convivem ao nosso redor sobre a importância da inclusão, pois acredito que quando as pessoas estiverem sensibilizadas, todo o pensamento e a realidade cultural irá ser transformada. Temos que dar chance sempre aos autistas, desenvolvendo suas capacidades com acolhimento afetuoso e respeitoso. (Participante 3)

Capacitação, formação que falta. Por que inclusão é [...] a gente falar os nomes assim [...] vamos dizer [...] autista, todo mundo sabe o que é, mas lidar com a situação em si [...] falta o que? “Uma preparação, uma capacitação. (Participante 4)

Além de um atendimento pedagógico individualizado, que havendo necessidade os professores junto à família podem solicitar a gestão escolar, pois é um direito assegurado por lei, é preciso favorecer um ambiente propício à inclusão. Mais uma vez ressaltamos que o professor pode procurar conhecer diferentes teorias e:

Identificar suas principais linhas permite que o professor esclareça bases conceituais do seu fazer cotidiano, conheça alunos em seus processos e organizar formas possíveis de avaliação. [...] permite que o professor identifique concepções sobre desenvolvimento e aprendizagem, fortemente arraigadas no senso comum, que se provam incompatíveis com os resultados que pretende alcançar com aquela prática. (COELHO, 2012, p. 40)

A partir disso, o professor poderá pensar no seu fazer pedagógico de maneira a exercitá-la almejando o envolvimento de todos os alunos da classe. Para Silva (2012, pp. 262 – 263)

Devemos olhar a criança com autismo sob a perspectiva dela, pois somente dessa forma seremos capazes de ajudá-la. Não existe uma criança “normal” escondida por trás do autismo. O autismo é uma maneira de ser que perpassa toda a vivência com suas percepções, pensamentos, emoções e sensações. É impossível dissociar a pessoa do autismo.

Contudo, uma indispensável recomendação é a que se refere a uma nova postura diante do novo, um olhar crente no desenvolvimento das nossas capacidades em favorecer momentos ricos de aprendizagem às crianças com TEA. Como diz Silva (2012) é preciso ter uma nova maneira de entender e conhecer os processos de desenvolvimento da aprendizagem, compreendendo que não é a criança com TEA que deve se adequar ao nosso meio, mas devemos procurar estratégias para fazermos parte de seu mundo realizando uma belíssima

troca de conhecimentos, pois a aprendizagem ocorrerá de maneira recíproca. A autora compara o conhecimento do desenvolvimento de um autista com uma “viagem” onde dois mundos se aproximam e se envolvem. Para que essa viagem obtenha êxito, é necessário que o viajante não autista esteja pronto a conhecer e aprender sobre o “novo mundo” que irá encontrar.

Diante do exposto, acreditamos que as barreiras são inúmeras para realizar a inclusão de crianças com Transtornos do Espectro Autista, porém a principal e mais perigosa são as nossas deficiências, são as barreiras que criamos, mesmo que inconscientemente. É um *eu* em nós constituído de preconceitos e crenças advindas de gerações. Desse *eu* que ver o outro como anormalidade e incapaz, essa é a principal barreira para o professor realizar a inclusão em sala de aula.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos com esse trabalho averiguar a percepção que os professores têm a respeito da inclusão escolar de crianças autistas na rede regular de ensino. Para isso, fez-se imprescindível que nos debruçássemos sobre teorias que abordassem possíveis definições e características do Transtorno do Espectro Autista. Buscamos investigar essas questões, devido algumas escolas privadas de ensino regular receberem crianças autistas, enquanto existem outras que não realizam o mesmo trabalho, pois não apresentam-se nem ao menos, humanamente preparadas para conviver com alguém que apresenta-se de modo diferente dos que, habitualmente, frequentam a rede regular de ensino.

O autismo é um tema complexo de ser estudado, porém interessante, aguçando, na maioria dos estudiosos, anseios em procurar saber a causa de tal desenvolvimento ser diferenciado afetando três áreas do desenvolvimento como a socialização, a comunicação e o comportamento do indivíduo. Diante disso, sentimo-nos instigados a pesquisar como as crianças com TEA estão sendo consideradas em escolas de ensino regular, tendo em vista que trabalhar a inclusão não é apenas inserir a criança autista na escola e não dispor de atendimentos educacionais que contribuam para o desenvolvimento de suas especialidades.

Mesmo diante das dificuldades, algumas crianças autistas estão na escola regular, mas as escolas procuram saber como e se essas crianças estão sendo acompanhadas por outra instituição que auxilie em seu desenvolvimento? Se as professoras procurassem conhecer o trabalho psicopedagógico junto a APAE, por exemplo, poderia proporcionar um trabalho mais significativo e inclusivo para seu aluno autista? Notamos que há varias vertentes para o professor tomar posse de conhecimentos sobre o Transtorno de Espectro Autista, mas o que deve faltar é algo, ele mesmo sabe, como mais compromisso e decifrar enigmas que a humanidade apresenta em seu desenvolvimento.

Outro aspecto que nos estimulou a dar início a presente pesquisa está ligado ao fato de que, sendo por meio das interações sociais que os indivíduos se desenvolvem, apropriando-se e objetivando-se das atividades humanas construídas, como as pessoas autistas são auxiliadas a essa apropriação e objetivação se para elas a maneira como vivemos apresenta-se como um mundo de complexidade de difícil compreensão. Sendo a linguagem um dos meios mais importantes para o desenvolvimento cognitivo do ser humano, como as crianças autistas

são estimuladas a desenvolvê-la e compreender, nas entrelinhas, os variados significados da fala.

Consideramos este estudo de grande relevância para também se compreender o processo do desenvolvimento humano e sua relação social. Além de abordar nesse contexto, questões como estigmas que construímos face a indivíduos com desenvolvimento diferente. Sempre que falarmos sobre alguém que se diferencie dos grupos “normalmente” considerados, surgirão a princípio os estigmas. Porém, estes devem ser eliminados diante da construção de conhecimentos sobre o que causar estranheza. É preciso buscar conhecer os motivos que levam a determinados comportamentos ou dificuldades.

Acreditamos que, para desenvolver uma educação inclusiva é necessário, antes de qualquer coisa, realizar uma autoanálise para poder pensar em uma maneira saudável de incluir o outro, pois se não houver um autoconhecimento, buscando em mesmo como considera a criança autista, mesmo pensando em incluir, poderá estar contribuindo para a exclusão dentro da própria sala de aula. Tudo que soar diferente do “normal”, muitos professores já voltam olhares diferenciados, ações e pronunciamentos excludentes.

A inclusão é uma ação que deve ser realizada em conjunto entre a comunidade escolar, que, de certa forma, tem influência sobre o meio social e a família, que deve estar em contínuo empenho para que os avanços progredam no desenvolvimento da criança com TEA. É preciso haver sempre o encorajamento e a busca por profissionais que possam contribuir para um bom desempenho seja social, cognitivo, afetivo, de comunicação. E o professor, se quer realmente exercer sua profissão de maneira significativa deve buscar meios que o auxilie a isso, não é rotulando as crianças que vai promover desenvolvimento humano e aprendizagem, desse modo contribuirá com a expansão do preconceito e exclusão.

Consideramos que, para o exercício docente ser significativo para os que se beneficiam dele, é indispensável que seja realizado com amor, que o professor tenha prazer pelo que faz se interesse em conhecer as especificidades dos seus alunos e procure maneiras para ajuda-lo nos seus diferentes aspectos. Para isso, os professores devem gostar de desafios e buscar “viajar” pelo mundo de seu aluno autista, aprendendo com ele e o apresentando as complexidades da vida de uma pessoa não autista, favorecendo ao aluno com TEA, indicações de como se relacionar com os outros ao mesmo tempo em que eles nos indicaram como nos relacionar com eles.

Se não houver empenho e dedicação pelos professores em sala de aula, as crianças serão incluídas na escola regular, apenas para permanecerem na exclusão. Como podemos constatar, alguns professores podem apresentar especialização em psicopedagogia, porém incapacidade de relacionar o que assimilou, nesse período de formação com a prática, mostrando sua descrença em si mesmo para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais. Daí nos questionamos, para que serviu o tempo de formação em Psicopedagogia? Para que possamos, enquanto professores, desenvolver uma educação inclusiva no ambiente escolar, faz-se necessário que mudemos a postura frente às crenças de senso comum, que a veste que nos impossibilita de ver a diversidade como algo que nos engradasse e faz com que outros cresçam também, seja rasgada.

Assim, conforme o que foi abordado até aqui, consideramos que ainda muito que se pesquisar e compreender a respeito dessa maneira de desenvolvimento do indivíduo. Assim como, compreender como o professor atua frente à inclusão de crianças autistas, pois faltam complementos essenciais, além de formações, que podem contribuir para a real inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Diante disso, convidamos professores de crianças essas necessidades a realizarem uma autorreflexão, uma autoanálise, buscando entender como tem contribuído em sua prática para a formação e desenvolvimento de crianças autistas, para o seu processo de socialização. Pois, acreditamos que, para uma boa ação em sala de aula o professor deve agir de maneira que estigmatize ou rotule as crianças. Sendo de grande valor que estimule, incentive e elogie cada avanço que o aluno com TEA apresentar, por menor que seja.

A criança autista precisa encontrar um ambiente em que se sinta encorajada, respeitada para poder confiar naquele que poderá facilitar o envolvimento com espaço social, o professor, que deve ser o amigo, companheiro e mediador de suas aprendizagens. Desse modo, o professor não pode abster-se de conhecer a criança autista em sua totalidade para que possa melhor se relacionar e promover um espaço social, em sala de aula, harmonioso, envolto de respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Álvaro Cabral; NETO, Francisco Lofufo. **A nova classificação americana para os transtornos mentais - o DSM-5**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Col. XVI, Nº 1, 67 – 68. 2014.

ARCE, Alessandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe dez passos para se tornar um professor reflexivo. In: **Educação & Sociedade**. Nº 74, p. 251- 283, abril. 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2012.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. Brasília: MEC, 20 dez. 1996.

_____. Política nacional da proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro do autismo. **Lei nº 12.764**. Brasília, 2012.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Portaria nº 948/2007. Brasília, 2008.

COLL, César; PALACIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed 1995.

_____. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão - uma longa caminhada. In: MOSQUEIRA, Juan José Mourino; e STOBAUS, Claus Dieter (Orgs.). **Educação especial: em direito à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

COELHO, Cristina M. Madeira. Aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência. In: ORRU, Silvia Ester (organizadora). **Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped – FACOS/CNEC Osório Vol.2 – Nº1 – AGO/2012 – ISSN2237-7077**.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e insclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**: Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, Sigmund. **O Estranho**. Edições Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1919/1974.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa. 8ª ed. qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Ed. Grupo Cultural. 2014

JANNUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil. In: ____. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LAMEIRA, Allan Pablo; GAWRYSZEWSKI, Luiz de Gonzaga; PEREIRA, Júnior, Antonio. **Psicol. Neurônios espelho**. USP [online]. 2006, vol.17, nº. 4. ISSN 0103-6564.

MATTOS, Laura Kemp de; NWERNBER, Adriano Henrique. **Revista educação especial**. V. 24, nº. 39, jan/abril, 2011.

MARTINS, Lígia Márcia. **A formação da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MAFFESOLI, M. **A parte do diabo** – resumo da subversão pós-moderna. São Paulo: Editora Record, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Atendimento Educacional aos portadores de deficiência. In: ____. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 2009.

_____, Maria Cecília de S. (org.) **Pesquisa social**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextualização. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MELLO, Ana Maria Serrajordia Ros de; ANDRADE, Maria América; HO, Helena Chen; DIAS, Inês de Souza. **Retratos do autismo no Brasil**. 1. ed. AMA: São Paulo, 2013. ISBN-978-85-66629-00-2.

PAIVA, Júnior. Há 1 autista em cada 50 crianças nos EUA, segundo governo. **Revista autismo**. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaautismo.com.br>>. Acesso em: 18 jul 2014.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVEIRA, Julliane. Infância: cerca de 90% dos brasileiros com autismo não recebem diagnósticos. **Do uol**. São Paulo. 2013. Disponível em:<<http://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 07 jun 2014.

SCWARTZMAN, José Salomão. **Autismo Infantil**. São Paulo: Mennom, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. Cadernos Libertad – 1. 7ª. ed. São Paulo, 2000.

VYGOTSKY, Lévi Semiovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WATIER, Patrick. **Uma introdução à sociologia compreensiva**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

APÊNDICE

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Parte: Dados profissionais

1.1 Identificação:

1.2 Nível de Escolaridade:

Graduação incompleta - Graduação completa -

Pós-Graduação (Informar o curso)

1.3 Tempo que leciona:

2. Parte: Dados referentes ao Autismo.

2.1 Como você define uma criança autista?

2.2 Você já participou de uma formação que abordou os desafios da inclusão do aluno com autismo?

2.3 Na escola o aluno autista tem um atendimento pedagógico individualizado?

Sim _____. Como acontece o atendimento?

Não:_____.

2.4 Em sala de aula quais atividades pedagógicas você desenvolve com o aluno autista?

2.5 Descreva as atitudes do aluno autista em sala de aula.

2.6 Como você avalia a inclusão escolar do aluno autista?

2.7 Em sua opinião quais os maiores desafios que o professor encontra face à inclusão do aluno autista na escola regular?

2.8 Quais recomendações você daria para melhorar o processo de inclusão do aluno autista?

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

Eu, _____, RG.nº _____, autorizo a minha participação voluntária na pesquisa intitulada **“ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INVESTIGATIVA”** conduzida pela Pós Graduanda em Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar, PATRÍCIA EDIÓNE DA SILVA, sob orientação do Prof. Dr. EDUARDO GOMES ONOFRE, docente da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB CAMPUS CAMPINA GRANDE.

Recebi a informação de que este trabalho tem o propósito de investigar a percepção que professores têm a respeito da inclusão escolar de crianças autistas em sala de aula regular.

Concordo com a divulgação dos resultados provenientes da pesquisa, com intuito de dar divulgação às pesquisas científicas. Estou ciente que terei direito a respostas a quaisquer dúvidas que possam surgir durante a minha participação na pesquisa. Em hipótese alguma, serei identificado e poderei retirar este consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização.

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo.

Campina Grande, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do participante Pesquisado

Nome do Pesquisador:

E - mail:

Fone: